

**UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ
DIRETORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO AMBIENTAL EM MUNICÍPIOS**

LUCI MARA SANTOS DAS VIRGENS

**A INFLUÊNCIA DAS FERRAMENTAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL
PARA PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO DO PARQUE SÃO
BARTOLOMEU - BA**

MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO

MEDIANEIRA

2018

LUCI MARA SANTOS DAS VIRGENS



**A INFLUÊNCIA DAS FERRAMENTAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL
PARA PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO DO PARQUE SÃO
BARTOLOMEU - BA**

Monografia apresentada como requisito parcial à obtenção do título de Especialista na Pós Graduação em Gestão Ambiental em Municípios – Polo UAB do Município de Mata de São João, Modalidade de Ensino a Distância, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR – Câmpus Medianeira.

Orientadora: Prof^a. Dra Denise Pastore de Lima

MEDIANEIRA

2018



TERMO DE APROVAÇÃO

A Influência Das Ferramentas De Educação Ambiental Para Preservação E
Conservação Do Parque São Bartolomeu - Ba

Por

Luci Mara Santos das Virgens

Esta monografia foi apresentada às 11h30 do dia **01 de setembro de 2018** como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista no Curso de Especialização em Gestão Ambiental em Municípios – Polo de Mata de São João, Modalidade de Ensino a Distância, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Câmpus Medianeira. O candidato foi arguido pela Banca Examinadora composta pelos professores abaixo assinados. Após deliberação, a Banca Examinadora considerou o trabalho aprovado.

Profa. Dra. Denise Pastore de Lima
UTFPR – Câmpus Medianeira
(orientadora)

Profa. Dra. Carla Adriana Pizarro Schmidt
UTFPR – Câmpus Medianeira

Profa. Dra. Eliane Rodrigues dos Santos Gomes
UTFPR – Câmpus Medianeira

Tutora Me. Yuka Kamila de Oliveira Fujiki
UTFPR – Câmpus Medianeira

- O Termo de Aprovação assinado encontra-se na Coordenação do Curso-.

Dedico a Deus pelas possibilidades e conquistas a mim concedidas, a equipe de Gestão do Parque São Bartolomeu, que com orgulho de sua cultura, ações de sustentabilidade e educação, fortaleçam ainda mais a comunidade e colaboram para preservação da natureza.

AGRADECIMENTOS

A Deus pelo dom da vida, pela fé e perseverança para vencer os obstáculos.

Ao meu esposo Fabiano, pela orientação, dedicação e incentivo nessa fase do curso de pós-graduação e durante esses quase 15 anos de relacionamento.

Ao meus pais, irmãos e afilhado Arthur, por ter esperado a saudade dos reencontros em momentos de descanso que quase nunca ocorriam.

A minha orientadora professora Dra. Denise Pastore de Lima pelas orientações ao longo do desenvolvimento da pesquisa.

Agradeço aos professores do curso de Especialização em Gestão Ambiental em Municípios, professores da UTFPR, Câmpus Medianeira.

Agradeço aos tutores presenciais e a distância que nos auxiliaram no decorrer da pós-graduação.

Agradeço aos meus colegas de turma, por compartilharem de risos, caronas como as de Danilo, Charles, Cintia e Maria, foi muito bom ter conhecido e convivido nesta caminhada de aprendizado.

Enfim, sou grata a todos que contribuíram de forma direta ou indireta para realização desta monografia.

“O homem está no mundo e com o mundo. Está na realidade e com a realidade, agindo e refletindo sobre a sua realidade, inserido nela. Estando no mundo, relaciona-se com ele. Como seres no mundo e com o mundo, o homem e a mulher estão inseridos no contexto. É das relações com o seu contexto, com a sua realidade, que o indivíduo dinamiza o seu mundo.” (Paulo Freire)

RESUMO

VIRGENS, Luci Mara Santos Das. A influência das ferramentas de educação ambiental para preservação e conservação Do Parque São Bartolomeu – Ba. 2018. Número De Folhas. Monografia (Especialização Em Gestão Ambiental Em Municípios). Universidade Tecnológica Federal Do Paraná, Medianeira, 2018.

Este trabalho teve como temática verificar as contribuições da participação social da comunidade e dos visitantes, para o processo de preservação e conservação do Parque São Bartolomeu, localizado no município de Salvador, na Bahia e visa contribuir para o avanço das reflexões sobre os mais iminentes problemas ambientais e para tanto é realizado um estudo com a finalidade de observar se há possibilidade da educação ambiental nesta comunidade ser capaz de influenciar no desenvolvimento sustentável. A relevância desse estudo foi à construção de um diagnóstico sobre a percepção dos indivíduos em relação ao meio ambiente e as ações antrópicas, tendo como referência a pesquisa de campo e as pesquisas bibliográficas, das ações e atividades realizadas pelas representações comunitárias integrantes do referido conselho da APA da Bacia do Cobre sobretudo, proporcionar subsídios para que estes compreendam, a educação ambiental e as medidas necessárias para preservação do meio ambiente como um todo, e principalmente a importância da mudança de hábitos e atitudes, para uma melhor qualidade de vida para que seja possível entender, discutir e refletir quanto às concepções teóricas do cidadão como gestor e sua relevância para o processo do desenvolvimento sustentável. Na primeira parte apresentou-se uma revisão da literatura, fornecendo informações sobre a definição de percepção e a importância da Educação Ambiental, as Unidades de Conservação, os Parques Públicos em destaques aos Parques Soteropolitanos com as suas principais características e finalidades. Em seguida, foi realizado um levantamento sistêmico ao Parque São Bartolomeu, sua importância histórica, cultural e ambiental, com aplicação das ferramentas metodológicas foram realizadas abordagens quantitativas e qualitativas através de pesquisa de campo expondo aspectos relacionados ao comportamento, os impactos ambientais e o que pode ser feito para a redução destes impactos, aplicados para 70 moradores e 120 visitantes do Parque São Bartolomeu. Os resultados foram analisados e a conclusão mostrou que a influência das estratégias de educação ambiental fomentadas ainda estão em fase embrionária, onde há oportunidades de desenvolver ações que contemplem os aspectos socioculturais locais e para uma melhoria na qualidade de vida não só da comunidade, mas tornado-se multiplicadores para a sociedade com atividades que possam impactar positivamente e atrair propostas e projetos de políticas públicas, qualificação profissional e ações de desenvolvimento sustentável. O pertencimento e a sensibilização do papel de cidadão gestor é essencial para compreender as inter-relações da comunidade com o seu ambiente e serve como instrumento para a aplicabilidade da educação ambiental.

Palavras-chave: Educação Ambiental. Cidadania. Conscientização.

ABSTRACT

VIRGENS, Luci Mara Santos Das. A influência das ferramentas de educação ambiental para preservação e conservação Do Parque São Bartolomeu – Ba. 2018. Número De Folhas. Monografia (Especialização Em Gestão Ambiental Em Municípios). Universidade Tecnológica Federal Do Paraná, Medianeira, 2018.

This work had as its theme to verify the contributions of the social participation of the community and the visitors, for the process of preservation and conservation of the Park São Bartolomeu, located in the city of Salvador, Bahia and aims to contribute to the advancement of the reflections on the most imminent problems environmental studies and for this purpose a study is carried out to see if there is a possibility that environmental education in this community is capable of influencing sustainable development. The relevance of this study was the construction of a diagnosis about the individuals' perception regarding the environment and the anthropic actions, having as reference the field research and the bibliographic researches, the actions and activities carried out by the community representations that are part of the aforementioned council. Especially the importance of changing habits and attitudes, to a better quality of life so that it can be possible to understand, discuss and reflect on the theoretical conceptions of the citizen as manager and its relevance to the process of sustainable development. In the first part, a literature review was presented, providing information about the definition of perception and the importance of Environmental Education, Conservation Units, Public Parks in prominence to Soteropolitan Parks with their main characteristics and purposes. Then, a systemic survey was carried out to the São Bartolomeu Park, its historical, cultural and environmental importance, with application of methodological tools, quantitative and qualitative approaches were carried out through field research exposing aspects related to behavior, environmental impacts and what can be made for the reduction of these impacts, applied to 70 residents and 120 visitors of the São Bartolomeu Park. The results were analyzed and the conclusion showed that the influence of the environmental education strategies promoted is still at an embryonic stage, where there are opportunities to develop actions that contemplate the local socio-cultural aspects and for an improvement in the quality of life not only of the community, but also become multipliers for the society with activities that can positively impact and attract proposals and projects of public policies, professional qualification and actions of sustainable development. Belonging to and sensitizing the role of managing citizen is essential to understanding the community's interrelations with its environment and serves as an instrument for planning environmental education.

Keywords: Environmental education. Citizenship. Awareness

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa das Unidades de Conservação.....	21
Figura 2 – Área de Proteção Ambiental Bacia do Cobre / São Bartolomeu.....	22
Figura 3 – Entrada do Parque Zoobotânico	25
Figura 4 - Visão do Parque da Cidade	26
Figura 5 - Parque do Abaetê.....	26
Figura 6 - Parque das Dunas.....	27
Figura 7 - Esculturas de Tati Moreno no Dique do Tororó.....	28
Figura 8 - Parque Metropolitano de Pituvaçu.....	28
Figura 9 – Entrada do Parque São Bartolomeu.....	29
Figura 10 - Parque São Bartolomeu dentro da Apa Bacia do Cobre.....	33
Figura 11 – Perfil dos Entrevistados.....	38
Figura 12 – Impactos Ambientais.....	39
Figura 13 – Responsáveis pelos Impactos Ambientais.....	40
Figura 14 – Ações para Reduzir os Impactos Ambientais.....	41
Figura 15 – Atividades Desenvolvidas no Parque.....	41
Figura 16: Atividade x Participação.....	42
Figura 17: Religião dos Moradores	43
Figura 18: Religião dos Visitantes.....	43
Figura 19: Parque dos Orixás.....	44
Figura 20 - Visitante x Frequência.....	44
Figura 21a – Materiais de Divulgação.....	45
Figura 21b – Materiais de Divulgação.....	45
Figura 22: Participação de atividades no Parque.....	45
Figura 23 – Reflexão: Atitude e consciência de degradação do meio ambiente	46
Figura 24 – Atitudes que degradam o Parque São Bartolomeu.....	46
Figura 25 – Poluição da Cachoeira de Oxum.....	47
Figura 26 – Como pode ser evitado à degradação do Parque São Bartolomeu.....	47
Figura 27 – Ação de requalificação do Parque São Bartolomeu.....	48
Figura 28 – Perguntas relacionadas à Educação Ambiental.....	48

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
1.2 OBJETIVO GERAL.....	14
1.2.1 Objetivos Específicos	14
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	13
2.1 Conceitos de Educação Ambiental.....	Erro! Indicador não definido.
2.2 O Cidadão Gestor inserido na Gestão Social.....	Erro! Indicador não definido.
2.3 Legislação sobre Unidades de Conservação.....	17
2.4. Unidade de Conservação - APA Bacia do Cobre / São Bartolomeu.....	22
3 PARQUES URBANOS	24
3.1 Parques Soteropolitanos.....	24
3.1.1 Parque Zoobotânico Getúlio Vargas – Zoológico.....	25
3.1.2 Parque da Cidade – Zoológico.....	25
3.1.3 Parque Metropolitano Lagoas e Dunas do Abaeté.....	26
3.1.4 Parque Dique do Tororó	27
3.1.5 Parque Metropolitano de Pituaçu.....	28
3.1.6 Parque São Bartolomeu.....	29
4 HISTÓRICO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL E O PARQUE SÃO BARTOLOMEU	30
5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	312
5.1 Local da Pesquisa	32
5.2 Tipo de Pesquisa.....	34
5.3 População e Amostra	36
5.4 Instrumentos de Coleta de Dados	37
5.5 Análise dos Dados	37
6 RESULTADOS E DISCUSSÃO	39
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	49
REFERÊNCIAS	50
APÊNDICE(A)	54
APÊNDICE(B)	58

.....

1 INTRODUÇÃO

O meio ambiente tem sido alvo de inúmeras reflexões, prova disso são as discussões e projetos desenvolvidos por instituições públicas e privados, em vista a problemática dos impactos ambientais antrópicos inseridos no meio urbano e essa afirmação faz-se necessária à medida que é realizado uma pesquisa para averiguar os posicionamentos dos agentes multiplicadores e educadores ambientais e dos indivíduos diante da perspectiva de bem-estar na contemporaneidade com vistas às futuras gerações.

Conforme Pinha (2016) essa preocupação com o meio ambiente nos últimos anos vem se intensificando os quais podem ser interpretados como um despertar da consciência da população mundial acerca da questão ambiental, e ações de proteção são cada vez mais presentes no nosso dia a dia, sendo de fundamental importância para garantia de uma melhor qualidade de vida com o objetivo de conservar e preservar com ferramentas que envolvam a sociedade em uma área com grande potencial ecológico, histórico e cultural que é o Parque São Bartolomeu, onde acreditamos que com a falta de informação, conscientização e, principalmente, a ausência da educação ambiental torna-se fatores decisivos para a sua degradação.

Segundo Rosa (2015) em função da capacidade da contribuição e estímulo mudanças no ambiente em que está inserida, a educação, diante deste contexto, se revela cada vez mais importante. A Educação Ambiental desempenha um papel sistêmico e muito relevante no processo de transformação do indivíduo e o exercício da sua cidadania, onde atua como poderoso e eficiente instrumento de promoção social, sendo praticada de maneira contextualizada, implicando em mudanças de comportamentos que possibilitarão a formação plena e reflexiva de cidadãos críticos, devidamente preparados e comprometidos, capazes de atuar efetivamente na proteção e melhoria do meio ambiente, conduzindo-os à sustentabilidade.

Onde questionamento destacado por Pinha (2016), acerca do modelo de desenvolvimento econômico atual, adotado em países desenvolvidos e em desenvolvimento, com implicações de curto, médio e longo prazo, na degradação do meio ambiente, impactos antrópicos como desmatamento, poluição, desperdício,

ameaça e extinção de espécies animais e vegetais, constituem riscos na qualidade de vida e para atuais e futuras gerações.

O referido projeto de pesquisa tem por base apresentar as linhas gerais de estudo dos aspectos relevantes para investigar as estratégias de Educação Ambiental adotadas em uma na área de determinada bacia hidrográfica urbana do município de Salvador, Estado da Bahia – Área de Proteção Ambiental Bacia do Cobre/ São Bartolomeu, instituída pelo Decreto Estadual nº 7.970, de 5 de junho de 2001. Parque São Bartolomeu, após o projeto de revitalização em 2014, tornou-se possível o desenvolvimento de atividades de educação ambiental aberta ao público para uma garantia da democratização e a socialização das informações e participação da sociedade na discussão das questões socioambientais, no desenvolvimento de uma consciência crítica e ética.

Segundo o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano do Município de Salvador, LEI Nº 9.069/2016, destacando-se itens como a urbanização e implantação de equipamentos culturais, assegurando a democratização do espaço e a sua preservação da Mata Atlântica de forma compatibilizada com usos de lazer de contato com a natureza, turismo ecológico, atividades culturais e manifestações religiosas, especialmente na área correspondente ao Parque. Mas será que as atividades de educação ambiental não formal conseguem incorporar os conceitos de preservação para a comunidade e os visitantes do Parque São Bartolomeu? Quais as características da educação voltada para a natureza, e as influências que esta pode imprimir na vida humana?

Partindo desse pressuposto, fez-se necessário a realização de um diagnóstico sobre a efetividade das estratégias utilizadas para a construção do conhecimento nos moradores e visitantes do PARQUE SÃO BARTOLOMEU - BA, a fim de fomentar a cultura da preservação e a participação nas tomadas de decisões sobre as questões relacionadas ao meio ambiente através da educação ambiental, que se destaca pela abrangência sistêmica, do cuidado em articular a educação ambiental ao licenciamento, o gerenciamento das unidades de conservação, do saneamento ambiental e a gestão das águas para fortalecer as diretrizes propostas junto à educomunicação, com o compromisso da política de alcançar os mais diferentes públicos.

Com a identificação das práticas adotadas de Educação Ambiental que contribuíram para formação de agentes multiplicadores, na realização de análises das ações realizadas pelos visitantes e a comunidade nas trocas de conhecimentos e experiências, com debates pautados pelos conselhos e a comunidade com avaliação da situação atual em relação à sensibilização da população referente à preservação e com isso realizar propostas efetivas para serem utilizadas na sua conservação do Parque São Bartolomeu.

Baseado nisso, notou-se a importância de entender a realidade local e como esta população ali inserida, enxerga a inserção de uma área de conservação com grande importância ambiental, cultural e histórica em um ambiente que sempre foi visto, como o “quintal” de suas casas, que devido à influência da violência urbana tornou-se um local de grande periculosidade.

Levando em consideração que após a obra de requalificação, urbanização e infraestrutura do local entregue pelo governo do estado em 04 de outubro de 2014, onde as intervenções incluem o sistema de proteção do Parque, a urbanização das Praças de Oxum e de Eventos, o Centro de Referência e de cultura para recreação e lazer, e resgatar a importância histórica e ecológica local. Sendo assim, a necessidade de inserção de um projeto de Educação Ambiental no entorno com estratégias capazes de criar um sentimento de pertencimento e de tornar a comunidade parceira de conservação, tem se tornando cada vez mais evidente.

A estrutura do trabalho está dividida em: introdução, onde se apresenta a relevância, justificativa e o objetivo da monografia; fundamentação teórica, no qual será abordada a essência da Educação Ambiental, o Cidadão como gestor, as ferramentas para que haja educação ambiental, um levantamento sobre os parques baianos e a sua conservação, será feito um breve histórico do Parque São Bartolomeu enquanto patrimônio histórico, as características sociais, econômicas, culturais, políticas e ambientais da comunidade local a fim de entendê-la em seus múltiplos aspectos, a aplicabilidade das atividades de Educação Ambiental no Parque São Bartolomeu, também será apresentada a metodologia utilizada no trabalho; posteriormente resultados e discussões da pesquisa e por fim as considerações finais.

1.2 OBJETIVO GERAL

Verificar a efetividade das estratégias utilizadas para a construção do conhecimento nos moradores e visitantes do Parque São Bartolomeu - Ba, a fim de fomentar a cultura da preservação e a participação nas tomadas de decisões sobre as questões relacionadas ao meio ambiente através da educação ambiental.

1.2.1 Objetivos Específicos

Identificar as práticas adotadas de Educação Ambiental que contribui para formação de agentes multiplicadores.

Analisar as ações realizadas pelos visitantes e a comunidade nas trocas de conhecimentos e experiências em discutir assuntos relevantes sobre o meio ambiente;

Avaliar a situação atual em relação à sensibilização da população referente a preservação do Parque.

Propor medidas de Educação Ambiental para ser utilizada para a preservação e conservação do Parque São Bartolomeu.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 CONCEITOS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

A Educação Ambiental desempenha um papel fundamental no processo de transformação do homem. Como poderoso e eficiente instrumento de promoção

social, ela deve ser praticada de maneira contextualizada, implicando em mudanças de comportamentos que possibilitarão a formação plena e reflexiva de cidadãos críticos, devidamente preparados e comprometidos, capazes de atuar efetivamente na proteção e melhoria do meio ambiente, conduzindo-os à sustentabilidade.

A Lei Federal nº 9.795/99 define a Educação Ambiental como:

O processo por meio dos quais os indivíduos e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade. Art. 1º, Lei Federal nº. 9.795, de 27/04/99 p.01, (BRASIL,1999).

A Lei Estadual nº 12.056/11 define a Educação Ambiental como:

O conjunto de processos permanentes e continuados de forma individual e coletiva para a sensibilização, reflexão e construção de valores, saberes, conhecimento, atitudes e hábitos visando uma relação sustentável da sociedade humana com o ambiente que a integra. Art. 2º, Lei Estadual nº. 12.056, de 07/01/11 p.13 (BAHIA, 2011).

A educação ambiental é definida pelo CONAMA (Conselho Nacional para o Meio Ambiente) em 1996 p.01, como processo de formação e informação, orientado para o desenvolvimento da consciência crítica sobre as questões ambientais, e de atividades que levam à participação dos consumidores na preservação do equilíbrio ambiental (BRASIL, 1996).

Para Bortolon (2014), a consciência ecológica está ligada à preservação do meio ambiente, com isso a relevância da preservação dos recursos naturais passou a ser preocupação mundial e nenhum país, nas esferas municipais, estaduais e federais não se pode eximir de sua responsabilidade.

A Educação Ambiental (EA) deve ser entendida como fator relevante e contínuo baseado em fundamentos teóricos e ações, colaborar para que a sociedade forme indivíduos que pense e compreenda os aspectos ambientais vinculados à política econômica e social praticada no capitalismo e nem do contexto socioeconômico e cultural que cada indivíduo exerce na sociedade. Deve ser entendida como uma técnica que reuni instrumentos político e baseada na ética, no conhecimento e na emoção individualizada a fim de provocar mudanças de hábitos na sociedade do

consumo, mudanças voltadas para construir um ambiente saudável, justo socialmente e ecologicamente responsável (REIGOTA, 2001).

E à medida que as sociedades humanas se tornam maiores e mais complexas e ampliam-se direitos e deveres nas decisões sobre a vida pública e coletiva, aumentam às normas legais, ao mesmo tempo em que as pessoas acabam por si distanciar dos motivos e sentidos do seu papel como cidadão, e restringe o cuidado do bem comum como áreas de proteção, parques, espaços públicos aos políticos profissionais e aos especialistas (LOUREIRO, 2002).

E a sociedade muitas vezes por desconhecer a existência e a grande parte da legislação que rege a vida democrática de cada país, de como proporcionar conhecimentos e vontade de atuar superando a alienação em relação às leis? Como promover o diálogo sobre o exercício da cidadania cotidiana do direito e dever de todos voltado ao bem coletivo? Neste contexto a Educação Ambiental tem sido apontada como um caminho para o enfrentamento dos desafios para que cada pessoa possa dialogar sobre seus direitos e deveres, suas responsabilidades, necessidades e possibilidades de atuar junto nesse mutirão pela melhoria das condições existenciais com sustentabilidade (CAVALCANTI, 2011).

As possibilidades de diferentes abordagens curriculares e metodologias a ser explorada por determinados grupos de acordo com as características sociais e sua aplicação, permitem contemplar diferentes significações para a Educação Ambiental, portanto torna-se importante a clareza quanto à compreensão, valor e significado atribuído para o processo educativo e do debate no qual o cidadão gestor poderá atuar com mais veracidade, pois tal atitude possibilita escolhas mais atentas e conscientes de práticas educativas mais condizentes com sua fundamentação teórica (LOUREIRO, 2014).

E quando conduzidas por um profissional, que ao assumir uma prática pedagógica auxiliará os visitantes, a comunidade, os agentes multiplicadores e fazê-los participarem no despertar o senso de responsabilidade pessoal em relação ao meio ambiente e uma maior motivação e dedicação em relação ao desenvolvimento sustentável e para a implementação de uma educação ética e transformadora,

entende-se que a Educação Ambiental e os preceitos pedagógicos freiriano sejam indissociáveis (LOUREIRO, 2014).

Pode-se perceber com base nos conceitos e definições da multidisciplinaridade da Educação Ambiental, mas contém obrigatoriamente a mensagem de alguns objetivos preliminares que devem ser levados em relevância no momento da prática desta atividade a singularidade destes objetivos descritos por Tozzoni-Reis 2008 p.29 que são:

- a) Consciência: ajudar os grupos sociais e os indivíduos a adquirirem consciência do meio ambiente global e ajudar-lhe a sensibilizarem-se por essas questões;
- b) Conhecimento: ajudar os grupos sociais e os indivíduos a adquirirem diversidade de experiências e compreensão fundamental do meio ambiente e dos problemas anexos;
- c) Comportamento: ajudar os grupos sociais e os indivíduos a comprometerem-se com uma série de valores, e a se sentirem interessados e preocupados, pelo meio ambiente, motivando-os de tal modo que possam participar ativamente da melhoria e da proteção do meio ambiente;
- d) Habilidades: ajudar os grupos sociais e os indivíduos a adquirirem as habilidades necessárias para determinar e resolver os problemas ambientais;
- e) Participação: proporcionar aos grupos e indivíduos a possibilidade de participarem ativamente nas tarefas que tem por objetivo resolver os problemas ambientais.

Assim as atividades deste segmento de preparo que é a Educação Ambiental, onde a atuação básica na formação crítica dos indivíduos que constituem o espaço geográfico, na formação dos agentes formuladores e multiplicadores, para melhor gestão ambiental e proporcionar desenvolvimento sustentável, que poderá ter o apoio da iniciativa privada de responsabilidade social das empresas que conforme Belizário (2005), contribui para o desenvolvimento econômico, simultaneamente, a qualidade de vida de seus empregados e de seus familiares, da comunidade local e da sociedade como um todo.

2.2. O Cidadão Gestor inserido na Gestão Social

Em um cenário desenfreado de degradação do meio ambiente e que, cada membro desta sociedade, em maior ou menor intensidade, tem “contribuído” para tal problema, pois os impactos antropogênicos refletem um quadro ambiental complexo que abrange uma variedade de aspectos naturais e humanos que interagem a todo o momento, se faz necessário à relevância de entrementes, que ao invés de apontar

culpados já sabedores de seus erros, é sensibilizar e caracterizar cada indivíduo como personagem principal de uma realidade ambiental preocupante e corresponsável num processo educativo e conscientizador inserido em um universo interdisciplinar de conhecimentos e práticas solidárias rumo à sustentabilidade (REK, 2013).

Ao considerar a questão da cidadania, Melo (2007) identifica que o objetivo geral da educação ambiental é formar cidadãos ativos que saibam identificar os problemas e atuar de forma participativa como multiplicadores para efetivar a sua solução de uma problemática existente para auxiliar na prevenção e que contribuam com a conservação do patrimônio comum, natural e cultural. Esses agentes transformadores devem ser capazes de se organizar e lutar por melhorias para garantir um ambiente equilibrado, recursos disponíveis e proporcionar as gerações presentes e futuras da espécie humana e demais espécies do planeta.

Adota-se a educação para a cidadania, formando-se o *cidadão como gestor*, entendida como uma exigência democrática, objetiva, num primeiro momento, superar as relações cotidianas condicionadas pela força do hábito e proceder uma nova percepção do lugar (MELLO, 2000).

A busca a consciência em todos os níveis de que a gestão das políticas públicas, não está apenas nas mãos dos governantes, mas os cidadãos, em busca do bem comum, têm um papel fundamental para a sua efetivação. O interesse público não é o somatório dos interesses individuais dos componentes do grupo social, mas traduz interesse próprio, coletivo, gerador de satisfação geral, e não individual; enfim, busca o bem comum (CARVALHO FILHO, 2010, p. 73).

Carvalho Filho (2010) aborda a elevação dos direitos e interesses da coletividade que começou a sobressair a ideia de que o Estado só se justifica em função dos interesses da sociedade, que neste sentido para as possibilidades de ação individual (tão desacreditada) rompendo com a ideia de que o que é público é de responsabilidade exclusiva do Governo.

E, enfim, a dimensão ética, que segundo Leite (2003), atribui ao cidadão a legitimidade na defesa jurisdicional do ambiente via ação popular, na construção de um novo padrão de relação entre o ser humano e a natureza, divergindo do utilitarismo

vigente, a partir da discussão de qual é o lugar do indivíduo em proteção ao meio ambiente envolvido no processo de Gestão Social conceituado por Cabral 2007.

(...) O processo de organização, decisão e produção de bens públicos de proteção social, que se desenvolve perseguindo uma missão institucional e articulando os públicos constituintes, envolvidos em uma organização que tende a incorporar atributos do espaço público não estatal, na abordagem que faz da questão social. Esses atributos são os elementos que, de forma coordenada e convergente, devem ser observados e tomados como parâmetros no desenvolvimento do processo de gestão (CABRAL 2007, p.134).

A gestão ambiental assumiu o significado de ser um caminho para a participação de diferentes atores, saberes, usos de técnicas e instrumentos próprios de determinada coletividade local (DIAS, 2010 *apud* CARDOSO, 2015).

Adicionar programas de educação Ambiental em todas as atividades que envolvam a temática ambiental auxilia a efetivação dos objetivos a serem alcançados, envolvendo as pessoas, difundindo informações e conhecimento e construindo novas perspectivas de ações. Destaca-se a importância da Educação Ambiental como geradora de processos participativos.

2.3. Legislação sobre Unidades de Conservação

O Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC - LEI 9.985/2000) - é o conjunto de unidades de conservação (UC) federais, estaduais e municipais, possui a função de estabelecer os mecanismos para assegurar a criação, implantação e gestão de unidades de conservação em território nacional. É dividido por dois grupos e composto por 12 categorias de manejo, conforme, cujos objetivos específicos se diferenciam quanto à forma de proteção e usos permitidos, para as que precisam de maiores cuidados, pela sua fragilidade e particularidades, e as que podem ser utilizadas de forma sustentável e conservadas ao mesmo tempo (MMA 2018).

Categorias das Unidades de Proteção Integral LEI 9.985/2000.

1. Estação Ecológica: área destinada à preservação da natureza e à realização de pesquisas científicas, podendo ser visitadas apenas com o objetivo educacional.

2. Reserva Biológica: área destinada à preservação da diversidade biológica, na qual as únicas interferências diretas permitidas são a realização de medidas de recuperação de ecossistemas alterados e ações de manejo para recuperar o equilíbrio natural e preservar a diversidade biológica, podendo ser visitadas apenas com o objetivo educacional.

3. Parque Nacional: área destinada à preservação dos ecossistemas naturais e sítios de beleza cênica. O parque é a categoria que possibilita uma maior interação entre o visitante e a natureza, pois permite o desenvolvimento de atividades recreativas, educativas e de interpretação ambiental, além de permitir a realização de pesquisas científicas.

4. Monumento Natural: área destinada à preservação de lugares singulares, raros e de grande beleza cênica, permitindo diversas atividades de visitação. Essa categoria de UC pode ser constituída de áreas particulares, desde que as atividades realizadas nessas áreas sejam compatíveis com os objetivos da UC.

5. Refúgio da Vida Silvestre: área destinada à proteção de ambientes naturais, no qual se objetiva assegurar condições para a existência ou reprodução de espécies ou comunidades da flora local e da fauna. Permite diversas atividades de visitação e a existência de áreas particulares, assim como no monumento natural.

Unidades de Uso Sustentável

1. Área de Proteção Ambiental: área dotada de atributos naturais, estéticos e culturais importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas. Geralmente, é uma área extensa, com o objetivo de proteger a diversidade biológica, ordenar o processo de ocupação humana e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais. É constituída por terras públicas e privadas.

2. Área de Relevante Interesse Ecológico: área com o objetivo de preservar os ecossistemas naturais de importância regional ou local. Geralmente, é uma área de pequena extensão, com pouca ou nenhuma ocupação humana e com características naturais singulares. É constituída por terras públicas e privadas.

3. Floresta Nacional: área com cobertura florestal onde predominam espécies nativas, visando o uso sustentável e diversificado dos recursos florestais e a pesquisa científica. É admitida a permanência de populações tradicionais que a habitam desde sua criação.

4. Reserva Extrativista: área natural utilizada por populações extrativistas tradicionais onde exercem suas atividades baseadas no extrativismo, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte, assegurando o uso sustentável dos recursos naturais existentes e a proteção dos meios de vida e da cultura dessas populações. Permite visitação pública e pesquisa científica.

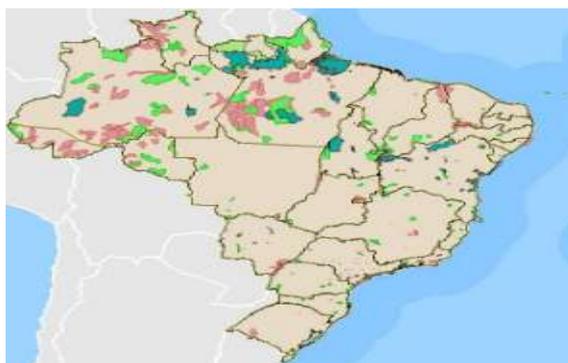
5. Reserva de Fauna: área natural com populações animais de espécies nativas, terrestres ou aquáticas; adequadas para estudos técnico-científicos sobre o manejo econômico sustentável de recursos faunísticos.

6. Reserva de Desenvolvimento Sustentável: área natural onde vivem populações tradicionais que se baseiam em sistemas sustentáveis de exploração de recursos naturais desenvolvidos ao longo de gerações e adaptados às condições ecológicas locais. Permite visitação pública e pesquisa científica.

7. Reserva Particular do Patrimônio Natural: área privada com o objetivo de conservar a diversidade biológica, permitida a pesquisa científica e a visitação turística, recreativa e educacional. É criada por iniciativa do proprietário, que pode ser apoiado por órgãos integrantes do SNUC na gestão da UC (BRASIL, 2000).

O Cadastro Nacional de Unidades de Conservação (CNUC) é mantido pelo Ministério do Meio Ambiente, conforme estabelecido no artigo 50 da Lei nº 9.985

(BRASIL, 2000), possui a colaboração dos Órgãos gestores federal, estaduais e municipais, seu principal objetivo é disponibilizar um banco de dados com informações oficiais. Neste ambiente são apresentadas as características físicas, biológicas, turísticas, gerenciais e os dados georreferenciados das unidades de conservação conforme MAPA da Figura 1, informações relevantes para que a sociedade possa acompanhar os resultados das ações governamentais de proteção do patrimônio biológico nacional.



das Unidades de Conservação
Fonte: CNUC (2018)

Figura 1 - Mapa

As Unidades de Conservação são espaços com características naturais relevantes, que têm a função de assegurar a representatividade de amostras significativas e ecologicamente viáveis das diferentes populações, habitat e ecossistemas do território nacional e das águas jurisdicionais, preservando o patrimônio biológico existente, e propiciam às comunidades envolvidas o desenvolvimento de atividades econômicas sustentáveis em seu interior ou entorno tornando-se fundamentais para a manutenção dos ecossistemas brasileiros (CNUC, 2018).

As unidades de conservação (UCs) aumentaram nos últimos dois anos conforme o relatório do Ministério do Meio Ambiente (2014) há aproximadamente 94,13 milhões de hectares se tornaram áreas protegidas na Amazônia, no Cerrado, na Caatinga, na Mata Atlântica e no bioma Marinho Costeiro e totalizando cerca de mais de 27% do território brasileiro protegido (MMA, 2014).

Alguns números divulgados pelo Ministério do Meio Ambiente em 2014 e relatado em reportagem nacional demonstram a importância das áreas protegidas brasileiras.

- 79% da energia hidroelétrica do País é originária de águas situadas dentro de Unidades de Conservação;
- A borracha extraída de 11 reservas extrativistas na Amazônia – um dos “tipos” de Unidades de Conservação previstos no SNUC – gera R\$ 16,5 milhões por ano para comunidades ribeirinhas;
- O turismo dentro de Unidades de Conservação gera em torno de R\$ 600 milhões anuais ao Brasil – e especialistas afirmam que esta atividade tem potencial para ir até R\$ 1,8 bilhão em 2016, caso sejam feitos os investimentos necessários. Apenas o Parque Nacional do Iguaçu (PR), onde estão situadas as mundialmente famosas Cataratas do Iguaçu, gerou em 2013 perto de R\$ 70 milhões em renda para o município de Foz do Iguaçu e outros (MMA 2014 p.21).

2.4. Unidade de Conservação - APA Bacia do Cobre / São Bartolomeu

O Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) que cumpre esse papel através da delimitação de Unidades de Conservação (UC) – a área está categorizada para manejo, como Área de Proteção Ambiental Bacia do Cobre / São Bartolomeu (Figura 2), criada através do BAHIA, DECRETO Nº 7.970, DE 05 DE JUNHO DE 2001, nos Municípios de Salvador e Simões Filho.

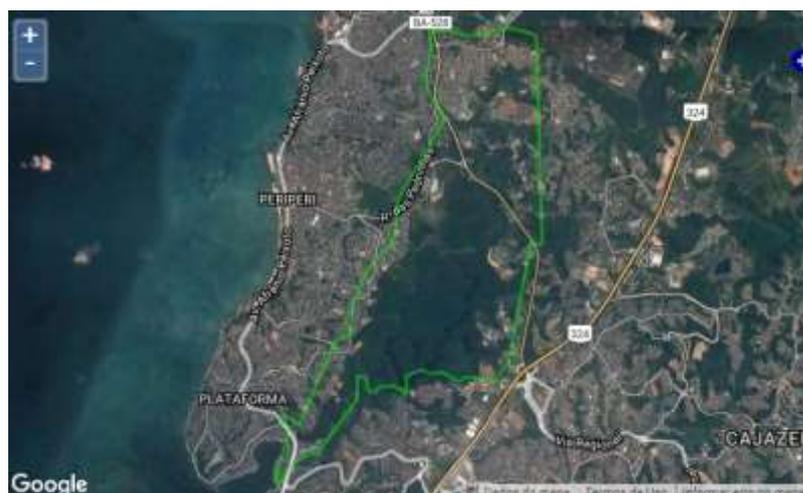


Figura 2 – Área de Proteção Ambiental Bacia do Cobre / São Bartolomeu
Fonte: INEMA (2018)

Conforme a resolução, CONAMA1988 do seu Art 1º p.01.

As Áreas de Proteção Ambiental-APA'S são unidades de conservação, destinadas a proteger e conservar a qualidade ambiental e os sistemas naturais ali existentes, visando à melhoria da qualidade de vida da população local e também objetivando a proteção dos ecossistemas regionais (BRASIL,1988).

Decreto 7.970/2001 p.01 em seu Art.1º

- I - Assegurar a qualidade das águas da Represa do Cobre, parte integrante do sistema de abastecimento humano de Salvador, dentro de limites compatíveis principalmente com o uso doméstico;
- II - Disciplinar o uso e a ocupação do solo na área;

- III - Tornar-se uma zona de proteção da Represa do Cobre;
- IV - Preservar e recuperar os ecossistemas de matas ciliares no entorno do espelho d'água (BAHIA, 2001).

Conforme o diagnóstico da vegetação do Bioma Mata Atlântica na cidade de Salvador (2017), a Bacia do Cobre/São Bartolomeu, caracteriza-se por abrigar importante remanescente de Mata Atlântica e cachoeiras, tornando-se sua fauna e flora extensa e rica em biodiversidade animal e vegetal.

A APA tem uma área de 1.153,7 ha e possui grande diversidade biológica, onde se encontram os remanescentes da Mata Atlântica da região, e que serve de refúgio ecológico para muitas espécies da fauna com risco de extinção. No seu interior há locais de grande beleza cênica e paisagística, com belas cachoeiras, lagos de barragens e áreas de relevo escarpado (SALVADOR, 2017).

A APA do Cobre situa-se na fronteira com o Parque Metropolitano de Pirajá (maior reserva de mata atlântica nativa do Brasil) e suas águas contribuem para as duas únicas cachoeiras de Salvador, localizadas dentro do Parque São Bartolomeu, que é considerado de grande valor ambiental, histórico e cultural (PRI, 2017).

A mata existente na Bacia do Cobre/São Bartolomeu é um remanescente de Floresta Ombrófila Densa, o Parque São Bartolomeu, considerado o segundo maior Bioma de Mata Atlântica Urbana do Brasil, com predominância de vegetação secundária em estágio médio de regeneração, definido conforme a Resolução CONAMA 005/1994. (PINHA, 2017 p.21).

3 PARQUES URBANOS

Conforme preceitua o artigo 225, constante na Constituição Federal Brasileira (BRASIL, 1988) “todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para o presente e futuras gerações”.

De acordo com o artigo 276,§1º do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Salvador – PDDU (SALVADOR,2016), Parque Urbano, PU, é a área pública extensa, dotada de atributos naturais, ou entronizados, significativos para a qualidade do meio urbano, para a composição da paisagem da cidade e como referência para a cultura local, destinando-se ao lazer ativo e contemplativo, a prática de esportes, atividades recreativas e culturais da população, à educação ambiental, e eventualmente, à pesquisa científica.

Conforme o artigo 182 da Constituição Federal Brasileira (BRASIL,1988), o plano diretor assume a função de instrumento básico da política urbana do Município, que tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar da comunidade local.

Alguns princípios constitucionais norteadores da política urbana: função social da propriedade, o desenvolvimento sustentável, igualdade e justiça social, e, ainda, participação popular.

A revisão do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU) (SALVADOR, 2016) e o “Plano Salvador 500”, estabeleceu diretrizes, estratégias, projetos e ações a serem implantados até o ano de 2049, quando Salvador completa 500 anos, indicaram como uma das áreas prioritárias dos parques urbanos e a implantação de novos parques.

3.1 Parques Soteropolitanos

Salvador dispõe de seis parques de grande porte com ou sem preservação da Mata Atlântica: Parque do Abaeté, Parque das Dunas, Dique do Tororó, Parque da Cidade Joventino Silva, Jardim Zoológico, Costa Azul e Parque São Bartolomeu, Parque Zoobotânico Getúlio Vargas (ESPÍRITO SANTO E RIBEIRO 2015).

3.1.1 Parque Zoobotânico Getúlio Vargas – Zoológico

Está vinculado à Secretaria do Meio Ambiente do Estado da Bahia – SEMA. Sua área verde é de aproximadamente 250.000 m², devido à incorporação do remanescente secundário de Mata Atlântica, conhecido como Mata do Zoo.

Em plena área urbana, o Zoológico de Salvador é considerado um centro de referência na preservação dos animais silvestres ameaçados de extinção e pertencentes à fauna brasileira, o Zoo mantém sob seus cuidados 1629 animais, divididos em 158 espécies (84 espécies de aves, 40 espécies de mamíferos e 34 de répteis) e dessas, 92,4% são brasileiras. Dentre as 158 espécies, 34 delas estão ameaçadas de extinção em seu ambiente natural (ZOOIÓGICO SALVADOR 2018).



Figura 3 - Entrada do Parque Zoobotânico
Fonte: Zoo 2018

3.1.2 Parque da Cidade

Preserva significativo remanescente de Mata Atlântica e restinga em uma área de 724.000 mil metros quadrados. É também o único local da cidade em que se pode encontrar diversas espécies ornamentais e frutíferas, por conta da transição da Mata Atlântica para as dunas (PARQUE DA CIDADE 2018).

O Parque Joventino Silva foi amplamente revitalizado para ficar mais contemporâneo e atrativo com atuais dinâmicas urbanas apresentados uma visão panorâmica (Figura 4). A proposta, apresentada em 2014 pela Prefeitura Municipal de Salvador, através da Secretaria Cidade Sustentável, trouxe obras de manutenção, conservação e ampliação da área construída. Agora, com novas estruturas no equipamento, o soteropolitano tem mais espaços de convivência com variadas possibilidades de esporte, lazer e cultura rodeados pela natureza (PARQUE DA CIDADE 2018).



Figura 4 – Visão do Parque da Cidade
Fonte: Parque da Cidade Salvador 2018

3.1.3 Parque Metropolitano Lagoas e Dunas do Abaeté

Inaugurado no dia 3 de setembro de 1993, o Parque está situado dentro de uma Área de Proteção Ambiental-APA, composto por dunas, lagoas (no total de 18) e vegetação nativa, com exatos 12.870m², é um dos maiores centros de lazer ecológico do Nordeste, montado sobre 225 hectares de área urbanizada (Figura 5).

A urbanização e a recuperação paisagística do Parque levaram ao local arborização, gramado, caminhos para a circulação de pedestres e diversos equipamentos de lazer, como bares, restaurantes, espaço para shows e outras apresentações artístico-culturais (TEIXEIRA, 2014).



Figura 5 – Parque do Abaeté
Fonte: INEMA 2018

O Parque das Dunas, ou Parque Ecológico e Horto da Restinga (Figura 6), possui uma reserva de cerca de 6 milhões de metros quadrados situado em Salvador, no estado brasileiro da Bahia. É administrado pela Universidade Livre das Dunas e Restinga de Salvador (UNIDUNAS), organização da sociedade civil de interesse público criado para preservar o Parque. Por meio do decreto municipal n.º 19 093 de 27 de novembro de 2008, o lugar foi declarado como área de interesse público e

implementado o Parque das Dunas, sendo que este está inserido na Área de Proteção Ambiental das Lagoas e Dunas do Abaeté. É aberto à visitação, com passeios escolares frequentes para conhecer o parque (TEIXEIRA, 2014).



Figura 6 – Parque das Dunas
Fonte: Unidunas 2018

A extensa cobertura vegetal, com manchas por vezes adensadas, é também fundamental à proteção das dunas e lagoas contra os agentes erosivos. O entrelaçamento de raízes, floras e ramagens forma uma tela natural de retenção da superfície de área das dunas e amortece os efeitos dos ventos fortes e das chuvas torrenciais. A conservação dessa vegetação de restinga é determinante para a sobrevivência de tão belo e frágil ecossistema (TEIXEIRA, 2014).

3.1.4 Parque Dique do Tororó

É uma lagoa feita por escravos comandados pelos holandeses, século XVII, para tornar inacessível o acesso dos portugueses à nossa cidade.

Situado próximo ao Centro, com: anfiteatro ao ar livre, espaços comunitários, raias para a prática de remo, decks para pesca e píers para pequenas embarcações. Centro de atividades com dois restaurantes, praça de eventos com palco flutuante, play-grounds e pista de cooper.

Importante espaço de lazer, relaxamento e contemplação para a população da capital bahiana. O nome Tororó tem sua origem na palavra tupi "itororó" que significa "o jorro", "o enxurro", "a enxurrada". Para uma maior plasticidade, sob as águas do dique existem belas esculturas de orixás (total de nove), apresentado na Figura 7, elementos turísticos na paisagem do Dique com obras do artista plástico Tati Moreno (CONDER 2017).



Figura 7 – Esculturas de Tati Moreno no Dique do Tororó
Fonte: CONDER 2017

3.1.5 Parque Metropolitano de Pituáçu

Localizado no bairro de Pituáçu (Figura 8), foi criado por Decreto Estadual nº 23.666 de 4 de setembro de 1973 (BAHIA, 1973) e pelo Decreto nº 23.113 de 12 de abril de 1978 (BAHIA, 1978), foi declarada a utilidade pública do terreno para desapropriações, inicialmente com 660 hectares, durante o governo estadual de Roberto Santos. Está situado na orla marítima e atualmente ocupa 425 hectares, a maior reserva ecológica da cidade de Salvador, tornando-se um dos principais pontos da cidade com remanescentes de Mata Atlântica é fonte lazer e turismo para a cidade com sua fauna e flora diversificadas, além da beleza da Lagoa de Pituáçu.

Possui duas quadras poliesportivas, ciclovia, pista de patinação e skate, parque infantil, píer para pedalinhos, nas suas instalações funciona a Associação de Remo de Salvador, que também coordena projetos sociais, além de atletas, um cenário propício para a realização de trilhas ecológicas e competições esportivas, inclusive de esportes radicais. Há estabelecimentos comerciais na oferta de comidas e bebidas, com diversas atividades culturais em destaque para exposições e feiras de livros e sessões de leitura (ALELUIA, 2015).



Figura 8 – Entrada do Parque de Pituáçu
Fonte: INEMA, 2016

Considerado a única reserva de Mata Atlântica em área urbana do Brasil, o parque está localizado na Rua Oito de Novembro, 78 – Pirajá, é um importante espaço de preservação ambiental e guarda as simbologias da religião ancestral africana em suas árvores, águas e matas. Tem grande importância ambiental, histórica e religiosa. O Parque São Bartolomeu, em Salvador, envolve uma área de preservação ambiental da Bacia do Rio do Cobre (São Bartolomeu), incluindo uma represa e cascatas. Os adeptos do Candomblé usam o local para realizar oferendas aos caboclos e orixás (SAN'ANNA 2011).

No parque, está situada a Mata do Urubu, onde se instalaram os primeiros índios tupinambás e depois centenas de quilombolas. O Parque de São Bartolomeu também foi local da decisiva Batalha de Pirajá, onde se definiu a independência da Bahia (CONDER, 2015)

Em 2014, o Parque (Figura 9), ganhou um espaço de lazer, com novas instalações para eventos culturais e esportivos, e abriga centenas de espécies vegetais e animais, além de ter grande importância para a regulação climática da Cidade. A vegetação inclui floresta ombrófila densa, pântanos e manguezais. Em 1995, a Unesco reconheceu o Parque de São Bartolomeu como uma importante reserva de biosfera da mata atlântica (CONDER, 2015).



Figura 9 - Entrada do Parque São Bartolomeu
Fonte: CONDER 2015

4 HISTÓRICO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL E O PARQUE SÃO BARTOLOMEU

A história de Educação ambiental participativa na região Setores organizados da sociedade civil também investia nesta região criando o Movimento em Defesa do Parque Pirajá que teve como estratégia de organização a educação popular, iniciado em 1987, com um trabalho de mobilização comunitária, para o qual convergiram associações de moradores e organizações religiosas, conveniadas com a Prefeitura Municipal, governo do Estado e Universidade Federal da Bahia. Conforme Mello (2000), este movimento tinha como questão central a melhoria de vida dos moradores, com um apelo de caráter marcadamente reivindicativo, de infraestrutura e ampliação da oferta de educação pública. A comunidade teve o apoio da Igreja Católica, Paróquia São Bartolomeu, com a criação de diversos serviços comunitários das pastorais como creches, escolas profissionalizantes e cursos para formação de agentes de saúde (CORDEIRO, 2009).

A luta pela melhoria de vida no subúrbio ferroviário acabou ampliando-se para uma consciência da necessidade de preservação dos recursos que a região oferecia e, a partir de 1992, incorporou a exigência de melhoria do Parque São Bartolomeu (TEIXEIRA, 2015).

Dias (2011) descreve que a conscientização ambiental ao longo da segunda metade do século XX, ocorreu paralelamente nos altos índices de denúncias sobre a contaminação do meio ambiente e por iniciativa de um dos Clubes de Mães (Heroínas do Lar de Novos Alagados) foi implantando o projeto de *Guia e Guardiães do Parque São Bartolomeu*, contribui na formação de adolescentes para o trabalho produtivo (viveiro de plantas) e serviços (recepção a visitantes), numa tentativa de conjugar preservação ambiental e geração de renda para a população carente.

Descrito por Mello (2000) como um projeto pioneiro em Educação Ambiental no desenvolvimento dos jovens ao acesso ao conhecimento do meio ambiente e resultou em um programa sistemático de visitação Parque São Bartolomeu, até então inexistente.

O Movimento em Defesa do Parque São Bartolomeu evoluiu para a criação da Associação Amigos do Parque que tinha o amparo legal do grupo ambientalista,

porém as diversas disputas políticas internas desagregaram a parceria e as iniciativa, a partir de 1994, foi assumida pela Universidade Federal da Bahia através do seu Centro de Estudos Afro-Orientais —CEAO (TEIXEIRA,2014).

O CEAO realizava neste período um Programa de Estudos com o objetivo de desenvolver perspectivas metodológicas que pudessem abranger os bens simbólicos da herança dos negros na Bahia, onde a proposta era avançar até o campo dos movimentos sociais que tivessem o negro como protagonista da sua própria história e subsidiar teoricamente a promoção de uma escola da rede pública que contemplasse novas pedagogias atentas à formação dos afrodescendentes e suas especificidades culturais. Onde a pesquisa era voltada na construção de interfaces e Mello (2000) explica no qual os interesses teóricos da acadêmica pudessem se aliar aos interesses do proselitismo da militância (MELLO, 2000).

Verificado que os principais impactos ambientais referem-se às alterações importantes estão ocorrendo com a qualidade da água, com o desmatamento, queimadas, como relatado por Teixeira, 2014 que em vista o conjunto de significados construídos historicamente e transmitidos pelos descendentes de grupos étnicos negros sobre a relação com o espaço atualmente definido como parque, ser um local sagrado para suas religiões.

O fato é que esse lugar possibilita a compreensão de uma série de referenciais históricos, culturais e ambientais, sobretudo para grupos de origem indígena e afro-brasileiro, e para a população em geral devido a ser um remanescente importante de mata atlântica ainda existente em zona urbana e qualquer mudança realizada nesses territórios de extensão do Parque São Bartolomeu, e a Bacia do Mané Dendê contribui para a desconstrução de aspectos significativos no conjunto das tradições da Bahia (TEIXEIRA, 2014).

5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para a realização desta pesquisa foi elaborado um modo operativo de trabalho que conduziu ao caminho da pesquisa exploratória considerando que esta proporciona ao pesquisador a compreensão da realidade a partir da percepção dos fatos que contribuirão para a concepção do desvelar de uma nova realidade e da aplicação de novos conceitos. O delineamento segundo Gil (1999) exprime o modus operandi de coleta e análise de dados a serem utilizados durante a pesquisa.

5.1 Local da Pesquisa

Os Parques Públicos são espaços de relevância para a manutenção da qualidade de vida das populações urbanas sendo, portanto, fundamental entendê-los como espaços de lazer e entretenimento, bem como espaços de conservação e preservação ambiental.

Os parques urbanos são unidades de conservação e manejo de grande importância ambiental, protegidas por leis municipal, estadual e federal, que objetivam garantir a preservação da paisagem natural, fauna e flora, bem como auxiliar em pesquisa científica (CANEIRO; BARREIRA 2017).

Esses espaços interferem na qualidade de vida das populações urbanas tornam-se importantes para o visitante que usufrui do local, e para a comunidade desenvolver atividades sustentáveis para conservação do meio ambiente (TEIXEIRA 2015).

Carneiro e Barreira (2017) ressaltam que a importância dos parques urbanos para as cidades é notória, porém mesmo com inúmeros benefícios relacionados há evidências que devido a gestão desses espaços não é realizada de maneira satisfatória e concisa e as problemáticas que estão inseridas não são tratadas ou mitigadas de forma concisa e tecnicamente coesa.

Conforme SEDUR (BAHIA. SEDUR, 2014), o Parque São Bartolomeu Figura 10, se localiza na Freguesia de Pirajá Velha – bairro onde se situam a Igreja de São

Bartolomeu e o Parthenon dos heróis da Independência da Bahia – são considerados como o patrimônio histórico da cidade de Salvador e do Estado da Bahia.

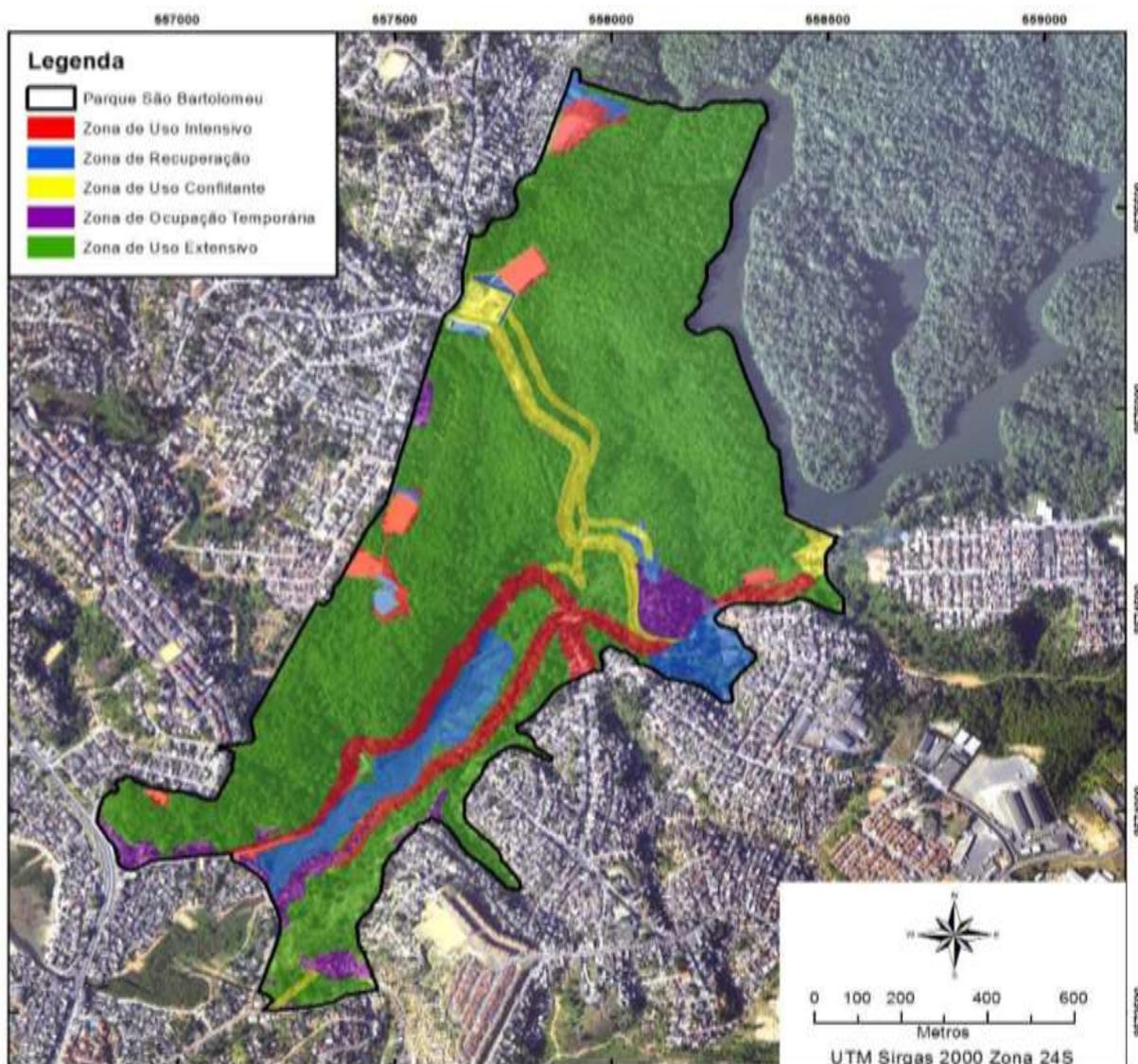


Figura 10 – Parque São Bartolomeu dentro da Apa Bacia do Cobre.
Fonte: Plano de Manejo do Parque São Bartolomeu (2012) e PINHA 2017.

Possui um relevo acidentado, com consideráveis riscos de inundações e deslizamento de encostas. Destacam-se ainda as necessidades imediatas de soluções de drenagem, esgotamento sanitário e contenção de encostas. Com condições atuais de risco, que envolvem alagamentos e deslizamentos em áreas com habitações e a proteção do patrimônio ambiental deste território contra novas ocupações e lançamentos de lixo e esgoto. (PINHA, 2017).

A região reveste-se ainda de fortes tradições religiosas e históricas. É onde estão muitos locais considerados sagrados pelos praticantes do Candomblé, que

utilizam os recursos naturais para prática do culto religioso. Destaca-se, também, sua importância pedagógica, com os muitos projetos desenvolvidos que visam à preservação ambiental (INEMA 2014).

O Parque São Bartolomeu possui em sua área importantes fragmentos de remanescentes de Mata Atlântica, fazendo parte também da Bacia do Cobre com mananciais hídricos que abastecem parte de Salvador. Além dos atributos naturais de grande valor para a conservação da biodiversidade e prestação de serviços ambientais, o Parque São Bartolomeu é marcado pelo aspecto histórico e cultural. O Parque está localizado na periferia de Salvador e em seu entorno vivem 51.000 pessoas. É uma região caracterizada pela baixa renda, urbanização precária, com aumento das taxas de desemprego e violência, déficit habitacional e insuficiência de saneamento (CONDER, 2015).

5.2 Tipo De Pesquisa

O presente estudo foi desenvolvido através de questionários aplicados aos moradores do entorno do parque e os visitantes (Apêndices A, B). Assim as técnicas das aulas de campo e atividades desenvolvidas relativas às questões ambientais foram analisadas, checando, portanto, a ocorrência de desenvolvimento de práticas de Educação Ambiental de forma interdisciplinar, e também a forma com que o tema meio ambiente é tratado nas mediações do parque se de fato consegue envolver a comunidade. No questionário aplicado à coordenação, as questões visaram traçar um perfil das atividades que são executadas para a comunidade e os visitantes, identificando se o centro desenvolve projetos de educação ambiental, bem como o envolvimento da comunidade, dos alunos das escolas circunvizinhas, dos músicos do projeto Neojiba, capoeiristas.

Aos educadores, o objetivo com a aplicação do questionário foi de verificar o modo e a frequência com que o tema meio ambiente é tratado se há o desenvolvimento de curso para atuação como multiplicadores. No questionário aplicado aos visitantes, pretendeu-se avaliar o interesse dos mesmos no tema meio ambiente, se já atuam em algum projeto do centro de cultura e cidadania. Foram abordadas também perguntas de caráter qualitativo, estimulando sugestões de atividades para estimular a conservação.

A pesquisa apresenta uma abordagem quanti-qualitativa. Para Tozoni-Reis (2008) a pesquisa em educação ambiental refere-se a fenômenos humanos e sociais, históricos e culturais que não podem ser medidos apenas quantitativamente, mas compreendidos em sua totalidade e complexidade, interpretados e analisados também sob a ótica qualitativa. As pesquisas qualitativas possuem um caráter exploratório, pois estimulam os entrevistados a pensar livremente sobre um tema. Elas fazem emergir aspectos subjetivos, atingem motivações não explícitas, ou mesmo não conscientes, de forma espontânea.

Gil (2009) classifica as pesquisas quanto aos objetivos em exploratórias, descritivas e explicativas. A utilizada neste projeto foi a pesquisa exploratória é vista como o primeiro passo de um trabalho científico, com a destinação de possibilitar melhor familiarização sobre um assunto, provocar a construção de hipóteses e permitir a delimitação de uma temática e de seus objetivos, tornando o problema mais explícito e envolveu levantamento bibliográfico, entrevistas, aplicação de questionários.

Com base nos procedimentos técnicos utilizados no desenvolvimento, Gil (2009) a classificação conforme apresentada pelo autor que estava mais relacionada ao tema e a proposta realizado assim uma pesquisa de levantamento de dados e a utilização de documentos dos projetos das políticas públicas da área, com estudo de campo, e enfatiza o mix abordado da pesquisa bibliográfica com intuito de explicar um problema a partir de referências teóricas já publicadas, constituída principalmente de livros, monografias, teses e publicações periódicas, como jornais e revistas, e possibilita a construção de uma visão mais holística e possibilita o conhecimento sistemático com análise das contribuições culturais ou científicas existentes sobre o assunto, o que permiti o pesquisador a cobertura mais ampla de uma gama de fenômenos correlacionados com o ambiente estudado.

É a pesquisa de estudo de campo utilizada devido ao caso em que se procura aprofundar uma realidade específica, esta modalidade focaliza uma comunidade, que pode ser de trabalho, de estudo, de lazer ou outra atividade. O pesquisador tem, ele mesmo, uma experiência direta com a situação de estudo (GIL, 2009).

Para a realização desta pesquisa foi elaborado um modo operativo de trabalho que conduziu ao caminho da pesquisa exploratória considerando que esta proporciona ao pesquisador a compreensão da realidade a partir da percepção dos fatos que contribuirão para a concepção do desvelar de uma nova realidade e da aplicação de novos conceitos. O delineamento segundo Gil (1999) exprime o *modus operandi* de coleta e análise de dados a serem utilizados durante a pesquisa.

A pesquisa exploratória, sendo bastante flexível, envolve não só o levantamento bibliográfico, como também entrevistas, o que faz com que ela assume um caráter de pesquisa bibliográfica ou estudo de caso (GIL, 1999).

Para Minayo (1999) assim como as teorias e as técnicas são elementos indispensáveis para a construção do conhecimento, [...] a capacidade criadora e a experiência do pesquisador jogam também um papel importante. Elas podem relativizar o instrumental técnico e superá-lo pela arte. Esta qualidade pessoal do trabalho científico, verdadeiro artesanato intelectual que traz a marca do autor, nenhuma técnica ou teoria pode realmente suprir (MINAYO, 1999, p.23).

5.3 População e Amostra

O Bairro de Pirajá, onde está localizada uma das entradas do Parque São Bartolomeu é margeado pela BR324, situa-se a leste do Parque Metropolitano de Pirajá e possui uma população de 32.899 habitantes, 1,35% da população de Salvador e 1,28% dos domicílios da cidade que possui uma estimativa de população de 401.502.015 (IBGE 2017).

O estudo foi realizado com a participação da amostragem de 70 pessoas da comunidade do entorno do centro de cultura e cidadania, alguns integrantes do conselho da APA da Bacia do Rio do Cobre/São Bartolomeu, e 120 visitantes. Utilizou-se o método de amostragem aleatória, onde cada um dos elementos da população teve a mesma chance de ser selecionado para levantamento dos dados.

5.4 Instrumentos de Coleta de Dados

O estudo parte de uma pesquisa exploratória, de caráter quantitativo e qualitativo. Como técnica de pesquisa de campo para coleta de dados, optou-se pela

aplicação de questionários, uma vez que este método é extremamente útil quando se pretende interrogar simultaneamente um elevado número de indivíduos sobre um determinado assunto em um curto período.

Com este método foi possível coletar informações relativas às opiniões dos participantes da pesquisa, suas atitudes e conhecimentos sobre o tema proposto. Os questionários aplicados continham perguntas fechadas de múltipla escolha e perguntas abertas, com a finalidade de incentivar o entrevistado a pensar e escrever quanto o assunto abordado. Optou-se pelo anonimato dos entrevistados, para que os mesmos pudessem se expressar livremente a sua opinião, sobre as sugestões e críticas garantindo assim autenticidade nas respostas.

5.5 Análises Dos Dados

Os dados são apresentados através de uma análise descritiva (exploratória) visando à mensuração e classificação das variáveis disponíveis: qualitativas e quantitativas. Os dados levantados serão tratados e o resultado será apresentado em gráficos e tabelas, possibilitando assim uma melhor visualização dos mesmos. Para que as questões abertas que envolverão a participação da coordenação do parque e os educadores as entrevistas semiestruturada e será organizada em uma ordem que possam ser exploradas, codificou-se, ou seja, as respostas serão agrupadas em pequenas categorias e depois tratadas.

Foi realizada uma revisão da literatura através de referências bibliográfica em livros, artigos acadêmicos ou científicos publicados em revistas impressas ou revistas online, pesquisando sobre os conceitos de meio ambiente, conservação e educação ambiental.

6 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O levantamento de trabalhos de avaliar as influências das ferramentas de educação ambiental buscou investigar a comunidade sobre seus sentimentos, pensamentos e conhecimentos e a sua contribuição para a preservação e conservação do parque, uma interação positiva entre os diversos atores sociais que se relacionam é necessária, especialmente com as comunidades que vivem no entorno dessa área, em relação ao problema que está sendo investigado. Portanto, foi aplicado dois questionários, um para a comunidade e outros para os visitantes.

Uma aplicação muito relevante na pesquisa científica, especialmente na percepção ambiental, pois a versatilidade é uma vantagem significativa do questionário, e assegura maior liberdade para expressar opiniões.

O questionário aplicado ocorreu nos meses de maio e junho de 2018, em dois fins de semana, sem escolha seletiva, sendo de livre vontade e disponibilidade.

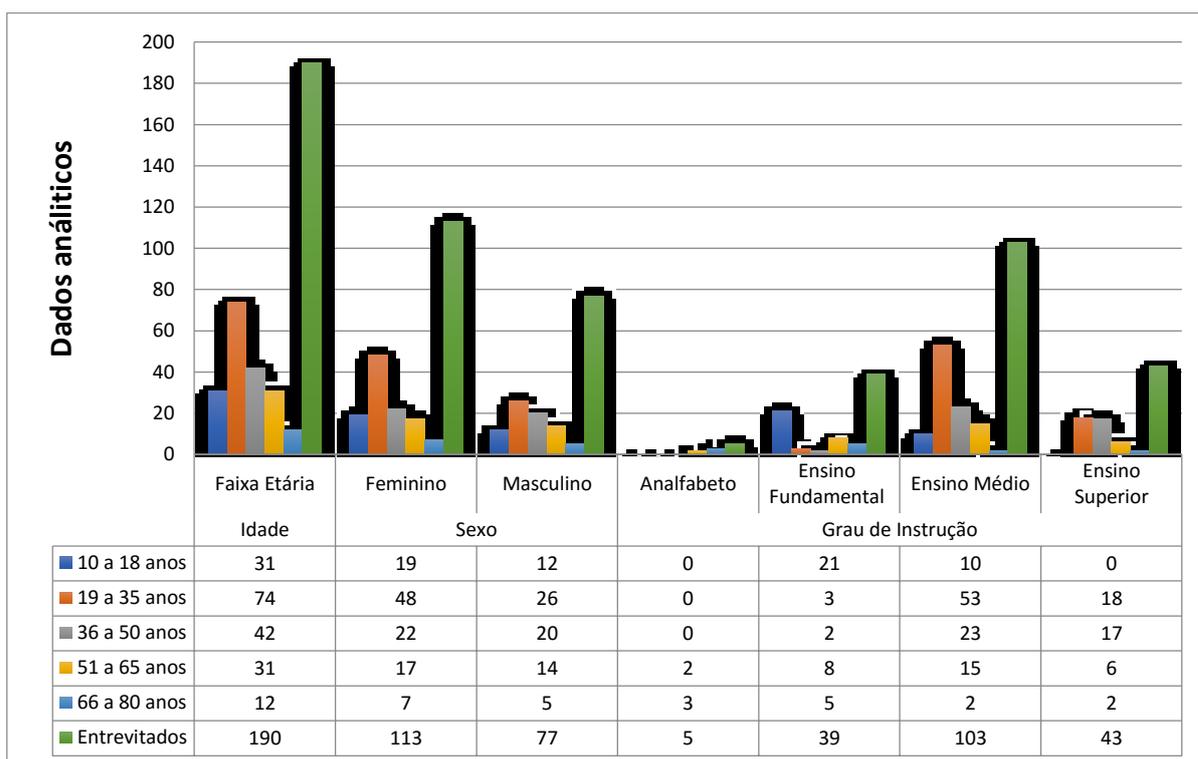


Figura 11: Perfil dos Entrevistados
Fonte: Própria autora, 2018

Conforme dados apresentados (Figura 11), pode-se perceber do total que responderam ao questionário houve uma grande preponderância do gênero feminino (F) sobre o masculino (M). Observou-se que 59% dos entrevistados são mulheres e 41% são do gênero masculino, o grau de instrução que prevalece é o do ensino médio

com um percentual de 54% o total de 103 dos entrevistados característica evidenciada na faixa etária com 74 ocuparem a faixa etária de 19 a 35 anos um percentual de 39%.

Quando indagados sobre o que é o meio ambiente, houve muitas respostas, algumas mais completas outras menos, mas em todas mostram possuir o conhecimento sobre o meio ambiente e o que se refere aos problemas ambientais e principalmente os principais exemplos existentes no município e no bairro as respostas mais comuns evidenciadas na Figura 12, foram o desmatamento, a poluição, esgoto, o lixo acumulado e o desperdício e poluição das águas e em quase todos os questionários foi apontada a questão da violência, ressaltando um fator existente entre a pobreza ou a riqueza e os problemas ambientais, e que existe de fato a relação entre pobreza e problemas ambientais, pois consideraram que pôr a pessoa ser pobre, sem condições e recursos torna-se evidente os danos causadores de forma desigual entre pobres e ricos, quase sempre afetando as pessoas mais carentes de maneira mais perversa, já que suas condições de vida dependem do uso de recursos naturais e oferecem pouca proteção contra poluição do ar, água e solo.

Que a infraestrutura urbana, de tratamento de água e esgoto, limpeza, coleta de lixo, presença de ratos, baratas e moscas torna-se mais presente no dia a dia das comunidades, e a pobreza pode induzir por falta de conhecimento e sem acesso ao saneamento básico a depredar ainda mais os recursos naturais e degradar o ambiente.

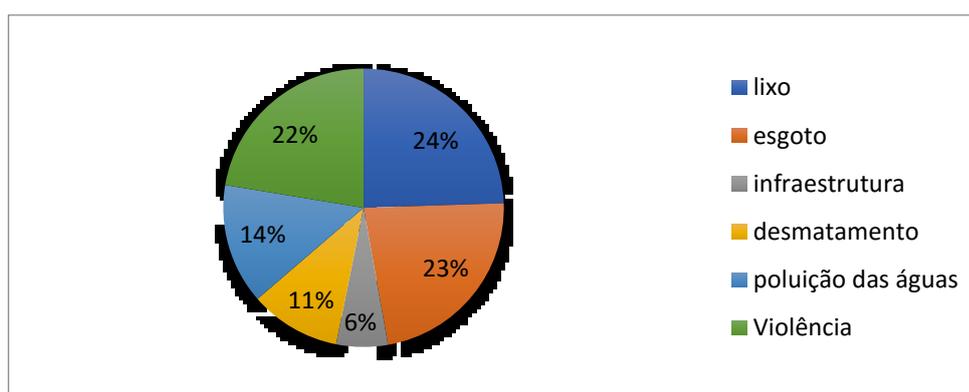


Figura 12: Impactos Ambientais

Fonte: Própria autora, 2018

A maioria se preocupa com os problemas ambientais existentes, porque acreditam que todos obtiveram o percentual de 32%, representado na Figura 13, sobre o

dever de ajudar a resolver os problemas ambientais, que a sociedade é responsável e insere toda a comunidade, as empresas e os políticos.

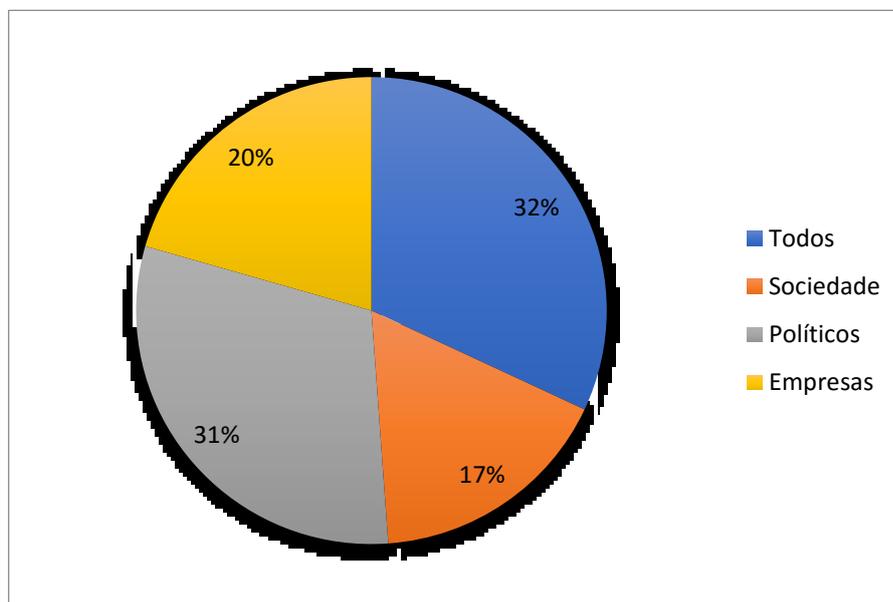


Figura 13: Responsáveis pelos Impactos Ambientais
Fonte: Própria autora, 2018

Estes resultados mostram que já existe uma conscientização a respeito de ações individuais e coletivas a fim de atingir um resultado mais amplo pela solução dos impactos ambientais, mas não deixa de ser uma expressão significativa de que necessita ter ações e medidas de políticas públicas atuantes com projetos de saneamento, infraestrutura e saúde pública a fim de garantir um ambiente equilibrado para a população gerenciar e cuidar com o uso consciente dos recursos naturais.

A sensibilização deve começar do indivíduo e um a um partir para a sociedade, sobre a responsabilidade do seu papel para o cuidado com a natureza e seus recursos, e a criação de leis que garantam a preservação do meio ambiente são as principais medidas para diminuir o impacto ambiental.

Foram expostas pelos entrevistados alternativas de como colaboração para reduzir os problemas ambientais, conforme a Figura 14, 23% afirmaram que a coleta seletiva e o saneamento básico ajudariam amortizar esses impactos.

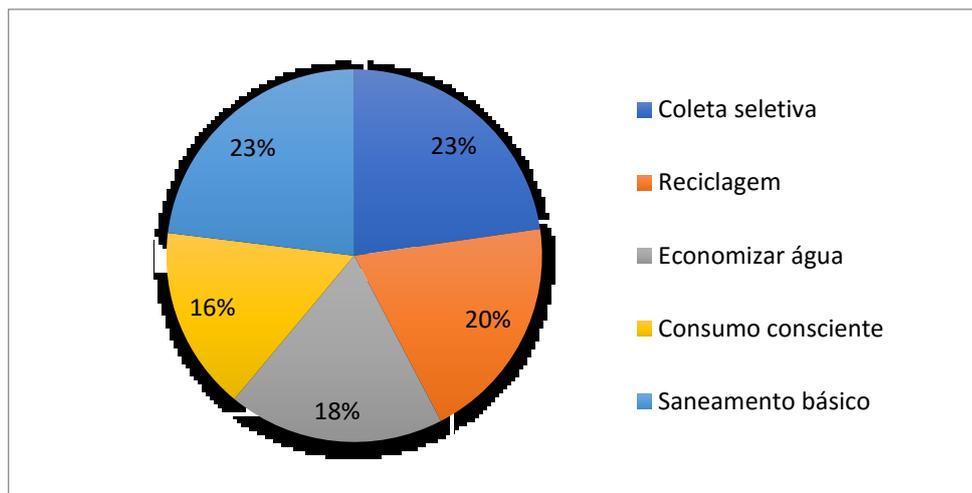


Figura 14: Ações para Reduzir os Impactos Ambientais
 Fonte: Própria autora, 2018

Quando os moradores questionados sobre as atividades apresentadas na Figura 15, de do Parque São Bartolomeu conhecidas pela comunidade, que são desenvolvidas pela ONG fundada em 1986, a Associação dos Amigos do Parque São Bartolomeu, que concebe atividades científicas, culturais e sociais no Parque e em comunidades vizinhas, na promoção de cursos de formação, oficinas, atividades culturais, trilhas, roda de conversa, plantio de mudas em comemoração a datas específicas (como dia do meio ambiente, dia da água e aniversário da unidade), utilização de avisos em redes sociais e nos próprios centro de cultura e cidadania.

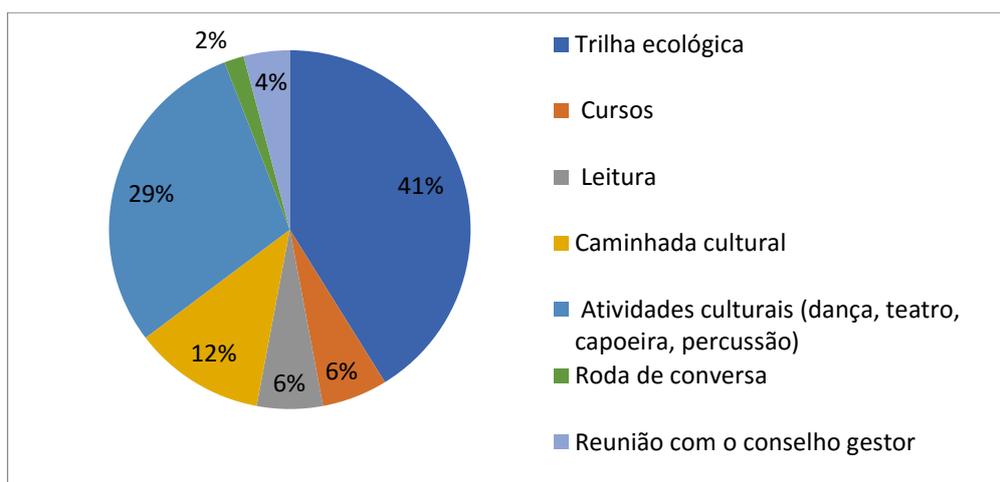


Figura 15: Atividades Desenvolvidas no Parque
 Fonte: Própria Autora, 2018

As trilhas ecológicas foi atividade mais conhecida com 41%, porém indagados se já participaram de alguma das atividades mais de 80% dos entrevistados informa,

não participar de nenhuma atividade ilustrada na figura 16 de Atividade x Participação, dados preocupantes devido se os moradores do entorno não participa, o objetivo de envolver a comunidade para ajudar a discutir, propor medidas e desenvolver as estratégias de educação ambiental não estão sendo suficientes é necessário que haja mais participação para a sua efetivação.

Com a veracidade de que os Parques são locais privilegiados por dispor dos efeitos ambientais positivos, benefício gerado à sociedade e bem-estar público local, atuando significativamente na saúde física e mental dos cidadãos, influenciando na melhoria da qualidade de vida.

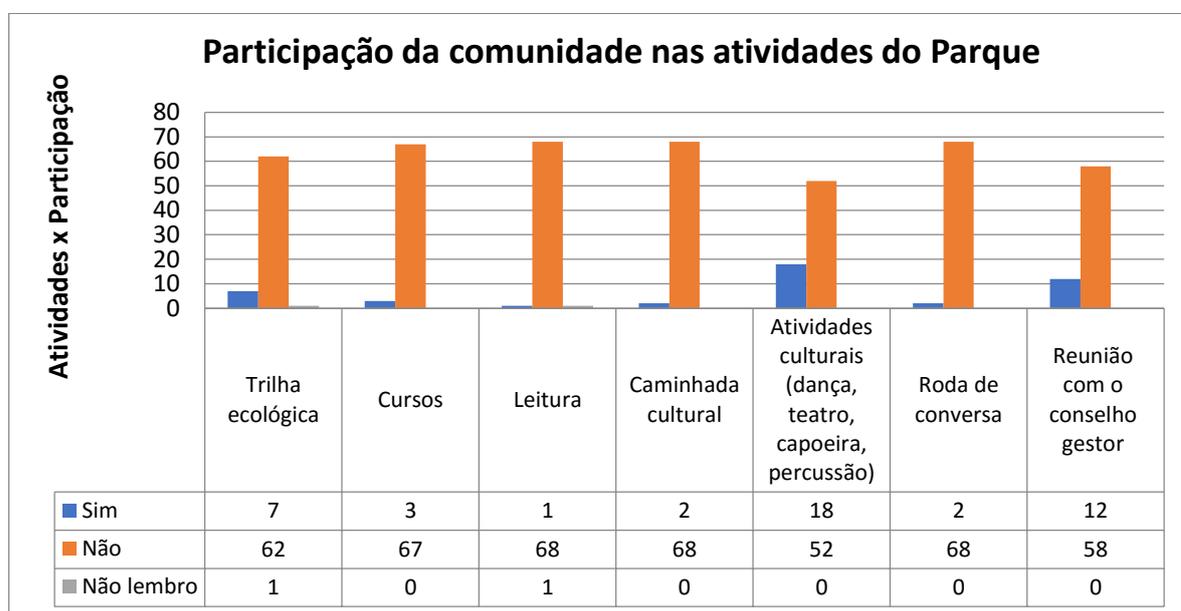


Figura 16: Atividade x Participação
Fonte: Própria Autora, 2018

Algo referente à participação dos moradores despertou uma curiosidade de mesmo não presente no questionário, do que motivava a sua não participação, além de tempo, emprego, estudos, informaram que algumas atividades são restritas para determinadas faixa de etária, e a religião, com o cruzamento de muitos que informaram não participar de nenhuma atividade forma de indivíduos que se declaram Evangélicos e/ou Testemunha de Jeová totalizando 41%, conforme Figura 17, perfil da religião dos 70 moradores do entorno.

E os dados apresentados na Figura 18, dos 120 visitantes em ambos os que se declaram católicos com 52 e 59% é a grande maioria, porém a predominância dos visitantes pertencerem a religião do candomblé com 37% em comparação com a

pesquisa realizada no perfil dos moradores, do entorno com a a grande maioria dos que residem em Pirajá, sendo que alguns visitantes também são moradores, muitos dos frequentadores são de variados bairros do município de Salvador, em destaque aos bairros do subúrbio ferroviário (Plataforma, Itacaranha, Periperi, Rio Sena, Paripe) , mas a aplicação foi realizada *in loco* dentro das mediações do Parque e a dos moradores nas adjacências.

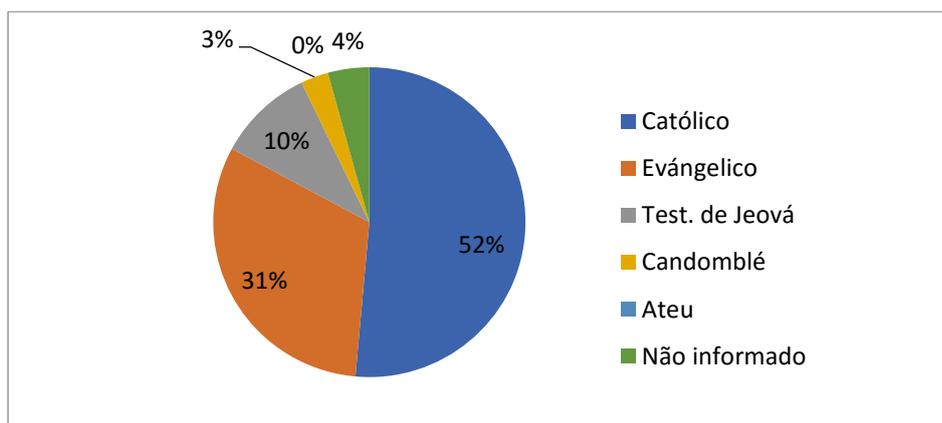


Figura 17: Religião dos moradores
Fonte: Própria Autora, 2018

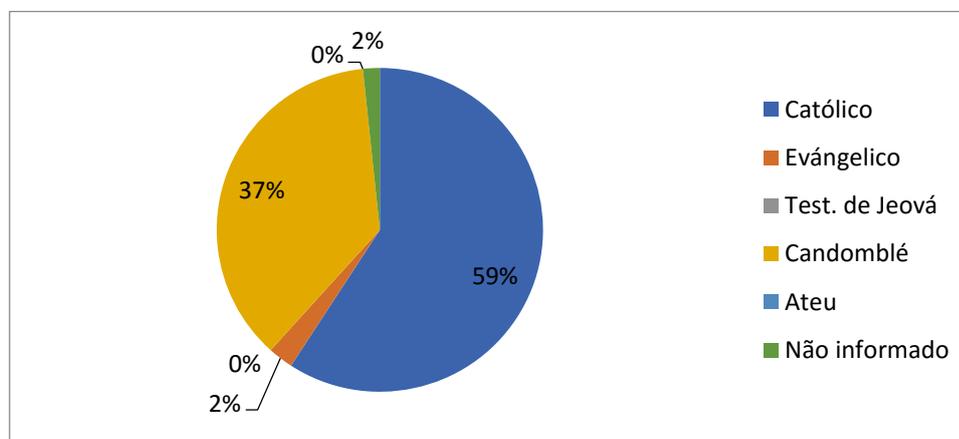


Figura 18: Religião dos Visitantes
Fonte: Própria Autora, 2018

Evidências justificadas devido a uma característica peculiar do Parque São Bartolomeu também são conhecido popularmente como o Parque dos Orixás, conhecido por também ser santuário do candomblé e, desde a época em que existia um quilombo na região, seus rituais são lá praticados. Suas três cachoeiras, Oxumaré, Oxum e Nanã, além de alguns espaços do Parque, recebem nomes de orixás, ter esculturas para representá-los como ilustrados na Figura 19. Os religiosos consideram

suas águas sagradas. Até boa parte do século 20, existiam romarias mais com a revitalização foi resgatado práticas dos cultos da religião de matriz africana periodicamente.



Figura 19 – Parque dos Orixás
Fonte: Bahia Turismo, 2018

E a frequência mensal é 64% que declaram realizar as visitas uma vez por mês (Figura 20), com o surgimento da EcoCult desde setembro de 2017, a trilha ecológica que é realizada uma vez no mês muitos dos visitantes relataram só frequentar no dia da trilha que é realizada um domingo no mês, datas sempre divulgadas em uma página na rede social e alguns veículos de comunicação e site como Paripe.net e lbahia.com, exemplificado nas Figuras 21a e 21b.

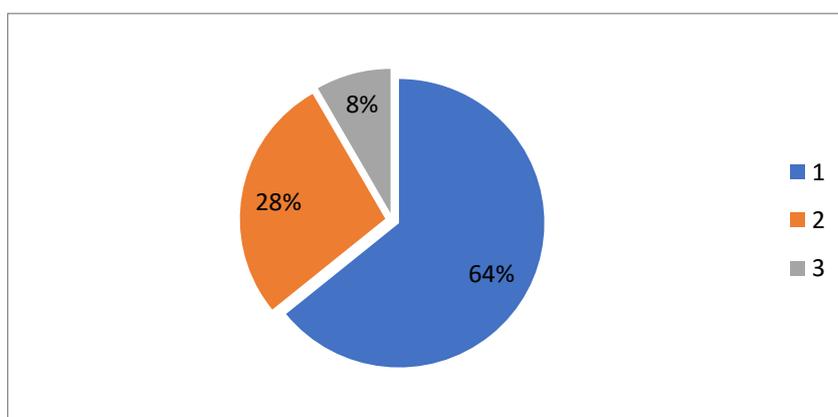


Figura 20: Visitante x Frequência
Fonte: Própria Autora, 2018



Figura 21a e 21b- Materiais de Divulgação
Fonte: Página do Facebook: Trilha Ecológica Bacía Do Cobre, 2018
Fonte: Ibahia.com 17/07/2018

Ao perguntar sobre a participação de atividades de orientação ambiental no Parque foi respondido, que além de capoeira com 11%, caminhada 14%, 75% responderam que realizam as trilhas ilustrado na Figura 22, e em diálogo, foi verificado que há uma interação com café da manhã, exposição para o principal objetivo da trilha, o envolvimento com a causa da preservação faz com que cada vez atraiam mais visitantes.

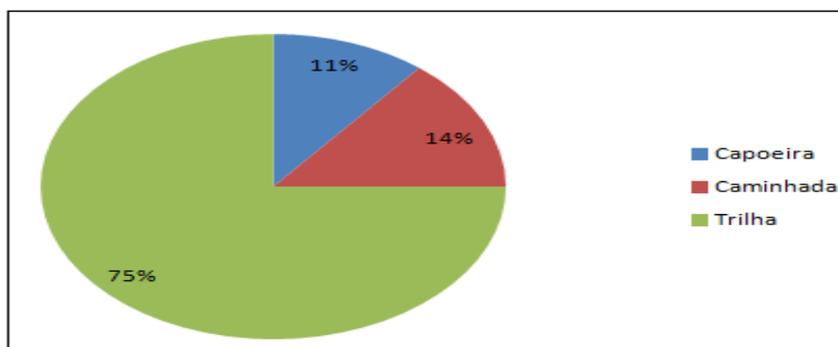


Figura 22: Participação de atividades no Parque
Fonte: Própria Autora, 2018

Sobre uma reflexão evidenciadas nas perguntas 5 e 6 das entrevistas aos 120 visitantes, se na sua opinião, as pessoas têm consciência que podem degradar o meio ambiente? E se você já se perguntou se suas atitudes e atividades destroem o meio ambiente? Foi respondido além do sim e do não ilustrado na Figura 23, houve um debate sobre o comportamento, que enfatizaram situações de cultura, conhecimento, como o fato de separar o lixo, mas despejar óleo de cozinha no ralo, de comprar em embalagens maiores e utilizar muito material descartável como copo e canudos. Em

ter uma consciência ambiental para as coisas macros e não refletir sobre pequenas coisas, hábitos diários e multiplicação de ações sustentáveis.

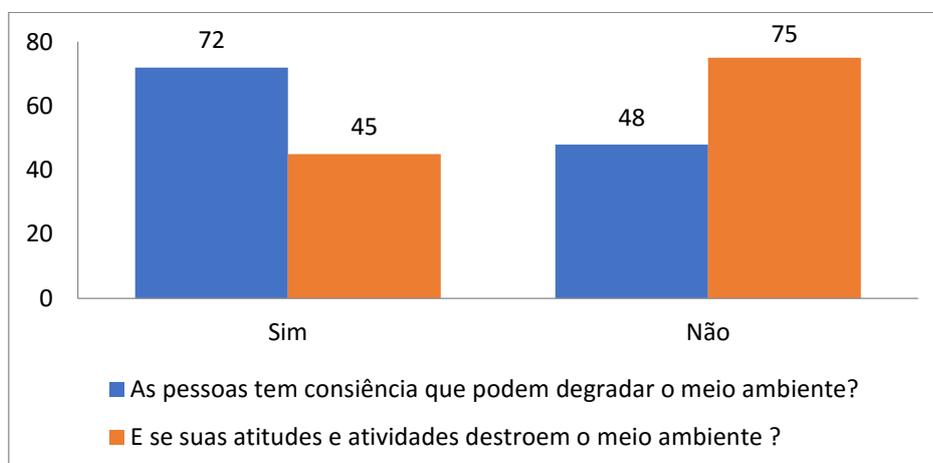


Figura 23 – Reflexão: Atitude e consciência de degradação do meio ambiente
Fonte: Própria Autora, 2018

Agravantes de infraestrutura urbana com o agravante da inexistência de obras de saneamento básico resultam em despejo de esgoto nos mananciais existentes do Rio Mané Dendê, apresentado na Figura 24, das atitudes que degradam o Parque São Bartolomeu, ficaram evidente na poluição das cachoeiras (Figura 25), além de lixo, desmatamento da mata ciliar.

E para muitos visitantes que quase em sua totalidade, conforme Figura 25 com imagem da cachoeira de Oxum poluída, informaram que os despejos do esgoto resultam em um dos principais impactos da degradação do Parque São Bartolomeu com 44% e o segundo a violência com 29% (Figura 26), destaca que esse fator é o principal a ser evitado, que sem o risco de contaminação e com a redução da violência, por que o parque tornou-se mais seguro, atrairá ainda mais visitantes.

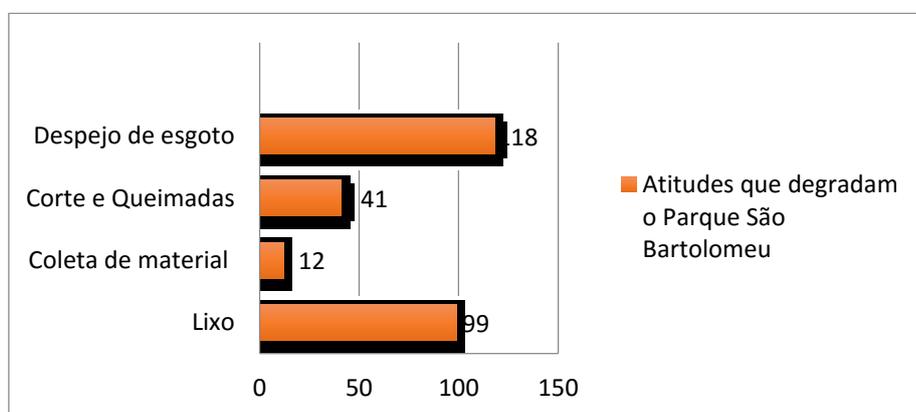


Figura 24 – Atitudes que degradam o Parque São Bartolomeu
Fonte: Própria Autora, 2018

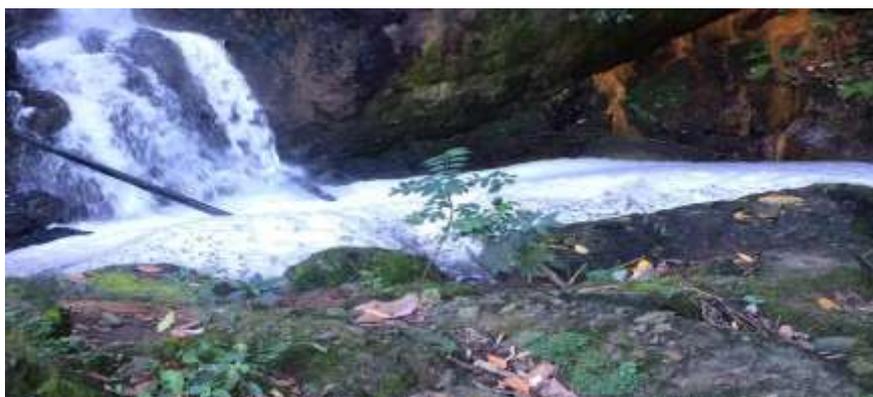


Figura 25 - Poluição da Cachoeira de Oxum
Fonte: Varela Notícias, 2016

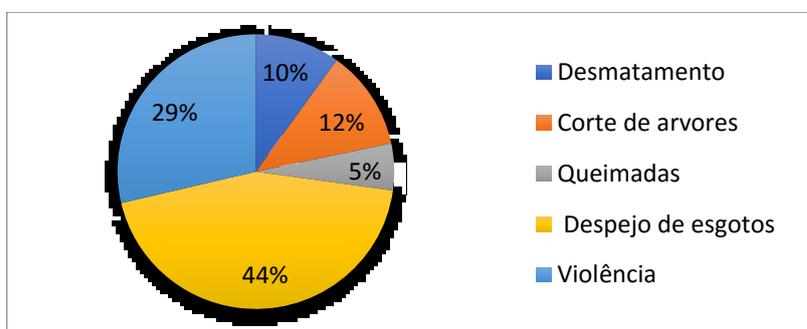


Figura 26 – Como pode ser evitado à degradação do Parque São Bartolomeu
Fonte: Própria Autora, 2018

Com a verificação que muitos desses fatores de ação antrópica ainda estão muito presente, o fator da violência urbana por muitos anos antes da requalificação foi fator predominante para o abandono do parque, fator debatido por muitos moradores e visitantes, onde utilizavam da mata atlântica fechada a utilização era para o tráfico de drogas com 'bocas de fumo' e rotas de fuga e ocultação de cadáveres (Conder 2016), fatores que houve uma redução significativa mas mesmo após o investimento com a obra de requalificação do Parque São Bartolomeu em 2014 feito pelo Governo do Estado (Conder 2016), cerca de 51% os visitantes (Figura 27), ainda acreditam que o projeto foi insuficiente, por que com uma estrutura física, oportunidade de qualificação profissional, e principalmente por ser um dos maiores remanescentes de mata atlântica, em área urbana, do País, possui grande importância ambiental, histórica e religiosa, além de todos acreditarem que na gravidade de ameaça à saúde da população, a contaminação da água, ar e solo, pioram a qualidade de vida e a extinção de fauna e flora

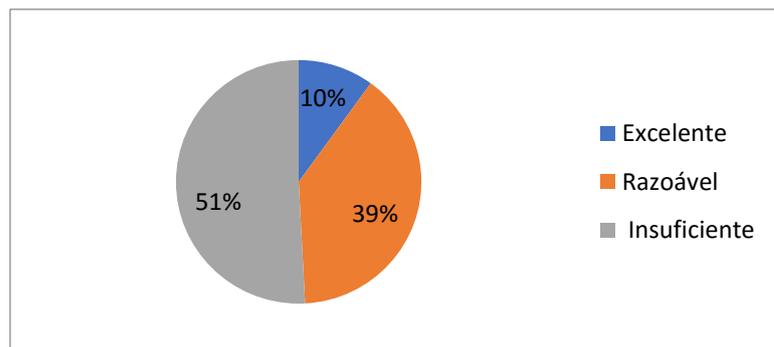


Figura 27 – Ação de requalificação do Parque São Bartolomeu
 Fonte: Própria Autora, 2018

Um dado da pesquisa foi muito satisfatório referente às perguntas relacionadas sobre a Educação Ambiental, ilustrado na Figura 28, 110 dos participantes estavam bem familiarizados com o tema, e 93 mostram ter interesse em fazer um curso e 109 poder atuar como agente multiplicador para práticas sustentáveis tanto no Parque, como atuar em outras esferas das suas respectivas comunidades, foi reforçado o papel das ações individuais para que toda a sociedade civil tenha um maior comprometimento com as questões ambientais, e com a construção e fortalecimento de um desenvolvimento sustentável para poder não só poder exercer a cidadania, mas induzir propostas e projetos de políticas públicas em prol do meio ambiente.

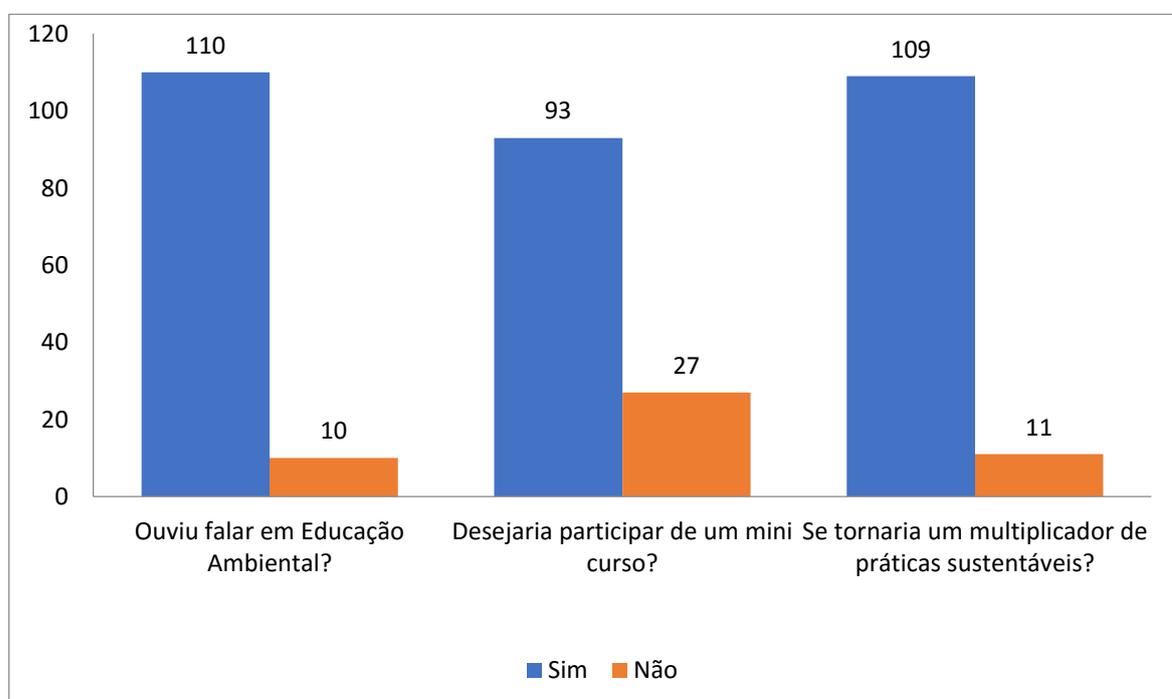


Figura 28 – Perguntas relacionadas à Educação Ambiental
 Fonte: Própria Autora, 2018

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebeu-se que são inúmeras as possibilidades de desenvolver um trabalho de Educação Ambiental sistêmico, voltado para mais atividades e que permita realizar um intercâmbio cultural, com a diversidade de vivência que o Parque São Bartolomeu, com ações integradas e coesas, mas esse processo deve ser solidamente articulado com a proposta desenvolvida pela ONG e os conselheiros gestores na formação continuada dos multiplicadores de educadores, de forma participativa e sistêmica.

As ações desenvolvidas ainda estão em fase inicial, mesmo quatro anos após a requalificação, por que há estrutura física e materiais e equipamento, não muito explorados e conhecidos pelos visitantes e pela comunidade, recursos que podem possibilitar em projetos de capacitação e qualificação, para crianças, adolescentes e adultos, para intervenção das problemáticas ambientais e sociais enfrentada em comunidades carentes principalmente no subúrbio das principais capitais do País, confirma cada vez mais a importância da educação ambiental na alteração desse quadro.

Pois muitos dos impactos necessitam de intervenções das autoridades políticas, pelo descaso enfrentado na contaminação da água e do solo, por esgoto doméstico. Entretanto, as mudanças não ocorrerão apenas por meio da conscientização das pessoas, é preciso formar cidadãos críticos e capacitados para buscar também soluções práticas que possam alterar significativamente a realidade.

A Educação Ambiental, portanto, deve ser um processo contínuo de construção da cidadania, possibilitando que os indivíduos e a coletividade conscientes, possam atuar na busca de soluções para os problemas que afetam a todos. Para que isso ocorra, a capacitação técnica por meio da construção de conhecimentos, da formação de atitudes e de habilidades, objetivos da Educação Ambiental proposto devem estar voltados para o desenvolvimento de ações que garantam a sustentabilidade e o pertencimento de ser parte de um local com representatividade histórica, cultural e ambiental.

REFERÊNCIAS

ABNT - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR-14724. Informação e documentação: formatação de trabalhos acadêmicos. Rio de Janeiro, (jan/2006)

____ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR-6023. Informação e documentação: referências: elaboração. Rio de Janeiro, 2002a. (Ago/2002)

ADDISON E. E. A percepção ambiental da população do município de Florianópolis em relação à cidade. Florianópolis, 2003. 152 p. Dissertação de mestrado. – Mestrado em Engenharia da Produção da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC,2003.

ALELUIA F.T. F, Monitoramento Do Reservatório De Pituáçu, Inserido Na Matriz De Expansão Urbana Da Cidade De Salvador – Bahia, 2015. Artigo disponível em http://www.resag.org.br/congressoresag2015/anais/img/pdfs/ID_143.pdf 2015, acesso em 12 de maio de 2018.

AMARAL, R. do. O que é uma cidade. 19 de agosto 2005 Artigo disponível em <<http://www.aguaforte.com/antropologia/cidade.htm>> Acesso dia 10 de maio 2018.

BAHIA, Governo do Estado da Bahia. Secretaria de Planejamento Ciências e Tecnologia. Centro de Recursos Ambientais. Diagnóstico Ambiental da Área de Preservação Ambiental Bacia do Cobre/São Bartolomeu: relatório de qualidade ambiental. Salvador: CRA, 2002.

BAHIA, Governo do Estado da Bahia. Política Estadual de Educação Ambiental Lei 12056, 2011.

BACELAR, J. Bahia Turismo – Parque São Bartolomeu Disponível< <http://www.bahia-turismo.com/salvador/parques/sao-bartolomeu.htm>> acesso em 25 de maio de 2018.

BANTI, M. de L. C. Hábito: Um Texto de Charles Sanders Peirce. São Paulo, 1996. Dissertação de Mestrado – Mestrado em Filosofia da Pontifícia Universidade Católica – PUC/SP, 1996.

BELIZÁRIO, Fernanda Branco. A deontologia da responsabilidade social: uma proposta de interseção entre o funcionalismo e o marxismo. In: Instituto Ethos; Jornal Valor. (Org.). Responsabilidade Social das Empresas: a contribuição das universidades. 1ed.Vila Madalena: Peirópolis, 2005, v. 4, p. 61-106.

BORTOLON, Brenda; MENDES, Marisa Schmitt Siqueira. A Importância da Educação Ambiental para o Alcance da Sustentabilidade. Revista Eletrônica de Iniciação Científica. Itajaí, Centro de Ciências Sociais e Jurídicas da UNIVALI. v. 5, n.1, p. 118-136, 1º Trimestre de 2014. Disponível em: www.univali.br/ricc – ISSN 2236-5044.

BRASIL, República Federativa. Constituição Federal 1988.

BRASIL, República Federativa. Política Federal de Educação Ambiental Lei nº. 9.795, de 27 de abril de 1999.

CARNEIRO, V. A; BARREIRA, C.C.M.A. O PARQUE TAMANDUÁ EM APARECIDA DE GOIÂNIA (GO): identificação de impactos ambientais e proposta de implementação de parque linear urbano Revista OKARA: Geografia em debate, v.11, n.2, p. 127-149, 2017. ISSN: 1982-3878 João Pessoa, PB, DGEOC/CCEN/UFPB – <http://www.okara.ufpb.br>.

<http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/okara/article/viewFile/32279/19005> Acesso 17/02/2018.

CARVALHO FILHO, J. S. Interesse público: verdades e sofismos. In: DI PIETRO, M. S. Z.; RIBEIRO, C. V. A. (Coord.). Supremacia do interesse público e outros temas relevantes do direito administrativo. São Paulo: Atlas, 2010. p. 67.

CAVALCANTI NETO, A. L. G. Ensino de ciências e educação ambiental no nível fundamental: análise de algumas estratégias didáticas. Ciência e Educação, Bauru, v. 17, p. 129-144, 2011.

CONDER Plano de Manejo do Parque São Bartolomeu Disponível http://www.conder.ba.gov.br/arquivos/biblioteca/156/PDF_BIBLIOTECA.PDF Acesso: 02 de novembro de 2017.

CONSTITUIÇÃO FEDERAL, Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19795.htm. Acesso: 20 de outubro 2017.

CORDEIRO, M. R. A Estudo da Influência da Urbanização na Condição Hídrica da Bacia do Rio do Cobre – Salvador-Bahia, 2009.

DIAS, R. Gestão Ambiental – Responsabilidade Social e Sustentabilidade 2.Ed Revista Atualizada – São Paulo: Editora Atlas S.A 2011.

ESPINHEIRA, Gey. Parque São Bartolomeu: esquecimento e memória. In: FORMIGILI, Ana Lúcia Menezes (Org.). Parque Metropolitano de Pirajá: história, natureza e cultura. Salvador: Centro de Educação Ambiental São Bartolomeu, 1998.

GIL, Antonio Carlos. Métodos e Técnicas de Pesquisa Social. 5 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GIL, Antonio Carlos. Didática do ensino superior. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

INEMA, Área de Proteção Ambiental Bacia do Cobre / São Bartolomeu, 2018 acesso em <http://www.inema.ba.gov.br/gestao-2/idades-de-conservacao/apa/apa-bacia-do-cobre-sao-bartolomeu/> acesso em 11/01/2018.

LAKATOS, Eva Maria/ Markoni, Marina de Andrade. *Fundamentos de metodologia científica* 4. Ed. Rev. E. ampl. – São Paulo: Atlas 2001.

Lei Nº 9.069/2016 de 30/06/2016 – Dispõe sobre o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano do Município de Salvador – PDDU 2016 e dá outras providências Disponível em: <http://www.sucom.ba.gov.br/wp-content/uploads/2016/07/LEI-n.-9.069-PDDU-2016.pdf> acesso em 30 de outubro de 2017.

LEITE, J R M., Dano Ambiental: Do individual ao coletivo extrapatrimonial 2º Edição revista, atualizada e ampliada Editora Revista dos Tribunais - São Paulo, 2003.

LOUREIRO, C. F. B. (org). *A Sociedade e Meio Ambiente: a educação ambiental em debate*. 2 eds. São Paulo: Cortez, 2002.

LOUREIRO, Carlos Frederico; TORRES, Juliana Rezende (orgs.). *Educação Ambiental - dialogando com Paulo Freire*. São Paulo: Cortez, 2014.

MATTOS, Waldemar. Pirajá. In: FORMIGILI, Ana Lúcia Menezes (Org.). *Parque Metropolitano de Pirajá: história, natureza e cultura*. Salvador: Centro de Educação Ambiental São Bartolomeu, 1998.

MELO, Gutemberg de Pádua. *Noções práticas de educação ambiental para professores e outros agentes multiplicadores*. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis: Superintendência do IBAMA na Paraíba. João Pessoa, 2007.

MELLO, M. A G M INOVAÇÕES EDUCACIONAIS: UMA EXPERIÊNCIA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO PARQUE SÃO BARTOLOMEU – SALVADOR-BAHIA / BRASIL *Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*. Universidad de Barcelona [ISSN 1138-9788] Nº 69 (26) 2000.

MINAYO, M. C. de S. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 2. ed. São Paulo: Rio de Janeiro: Hucitec - Abrasco, 1993.

MMA 2011 - Unidades de conservação com cadastro finalizado no Cadastro Nacional de Unidades de Conservação/MMA até 10/05/2011. Fonte de dados utilizados na publicação: www.mma.gov.br/cadastro_uc. Acesso em 19/04/2018

PINHA N.C. C. L. *PARTICIPAÇÃO POPULAR NO CONSELHO GESTOR DA APA BACIA DO COBRE/SÃO BARTOLOMEU* - Universidade Católica Do Salvador Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação Mestrado em Planejamento Territorial E Desenvolvimento Social Salvador-Ba 2016.

PARQUE DA CIDADE, 2018 disponível em <http://parquedacidade.salvador.ba.gov.br/> acesso em 14/04/2018.

QUADROS, Alexandra de. *Educação ambiental: iniciativas populares e cidadania*. 2007. Monografia (Pós-Graduação em Educação Ambiental) Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental da Universidade Federal de Santa Maria, 2007. Disponível em: <<http://jararaca.ufsm.br/websites/unidadedeapoio/download/alessandra.pdf>>. Acesso em: 11 mai. 2013, 22:23.

REK, Marcos. *O Cidadão Como Principal Agente de Educação Ambiental*. Conteúdo Jurídico, Brasília-DF: 14 nov. 2013. Disponível em: <<http://www.conteudojuridico.com.br/?artigos&ver=2.45832&seo=1>>. Acesso em: 14 abr. 2018.

RESOLUÇÃO/conama/Nº 010 de 14 de dezembro de 1988 – Disponível em <http://www2.mma.gov.br/port/conama/res/res88/res1088.html> acesso em 10/12/2017.

REZENDE, P. S; SOUZA, J. R; SILVA, G. O; RAMOS, R. R; SANTOS, D. G. Qualidade ambiental em parques urbanos: levantamento e análises de aspectos positivos e negativos do Parque Municipal Victório Siquierolli – Uberlândia - MG. *Observatorium: Revista Eletrônica de Geografia*. 2012. v. 4, n.10. p.53-73. Disponível em: <http://www.observatorium.ig.ufu.br/pdfs/3edicao/n10/04.pdf>. Acesso em 25/02/2018.

SALVADOR, Prefeitura Programa de Saneamento Ambiental e Urbanização da Bacia do Rio Mané Dendê 1ª. Etapa: Projeto Novo Mané Dendê” (Cooperação Técnica Br-T1321) Plano de Reassentamento e Reinserção De Atividades Econômica, 2017 Disponível em <http://fmlf.salvador.ba.gov.br/images/Plano-de-Reasentamiento-Preliminar---BR-L1487.pdf> acesso em 15/04/2018.

SANT'ANNA I, R. Educação, Território e Estratégias de Desenvolvimento local Sustentável: Práticas Sócioeducativas no Parque Metropolitano de Pirajá, SALVADOR-BA 2011.

TEIXEIRA, Sidélia Santos. Patrimonialização, memória local, musealização, e transformação social: os casos dos Parques Metropolitanos do Abaeté e de São Bartolomeu (Salvador, Bahia, Brasil). 2014. 375 f. Tese (Doutorado em Estudos Contemporâneos) – Instituto de Investigação Interdisciplinar, Universidade de Coimbra, Coimbra, 2014.

TOZONI-REIS, Marília Freitas de Campos. Educação ambiental: natureza, razão e história. 2. ed., rev. Campinas, SP: Autores Associados, 2008. xvi, 166 p.

Zoológico Salvador, 2018 disponível em <http://www.zoo.ba.gov.br/> acesso em 14/04/2018.

APÊNDICE(A)

APÊNDICE A – Questionário para comunidade – Famílias do Entorno

Pesquisa para a Monografia da Especialização em Gestão Ambiental em Municípios – EaD UTFPR, através do questionário, objetivando verificar a efetividade das estratégias utilizadas para a construção do conhecimento nos moradores e visitantes do PARQUE SÃO BARTOLOMEU - BA, a fim de fomentar a cultura da preservação e a participação nas tomadas de decisões sobre as questões relacionadas ao meio ambiente através da educação ambiental.

Local da Entrevista: _____ (Cidade) _____

Data: _____

Parte 1: Perfil do Entrevistado

Sexo: () Feminino () Masculino

Idade: _____

1. Grau de instrução?

- Analfabeto
- Ensino Fundamental
- Ensino Médio
- Superior

2. Religião?

- Católico
- Evangélico
- Testemunha de Jeová
- Candomblé
- Ateu
- Prefiro não informar

3. Para você, o que é meio ambiente?

4. No seu entender, o que são problemas ambientais?

5. De 5 (cinco) exemplos de problemas ambientais na Cidade?

6. No seu entender, existem problemas ambientais no seu bairro?

- Não existem
- Não sei
- Sim, existem. Quais? _____

7. Você se incomoda com esses problemas em sua cidade ou seu bairro?

- Sim. Porquê? _____
- Não. Porquê? _____

8. Quem são os responsáveis pelo surgimento de problemas ambientais?

9. Quem são os responsáveis pela solução desses problemas?

10. No seu entender, qual a relação existente entre pobreza e problemas ambientais?

11. No seu entender, qual a relação existente entre riqueza e problemas ambientais?

12. Como você acha que as pessoas podem colaborar para melhorar e/ou conservar o ambiente em que vivem?

13. O que você tem feito para melhorar e/ou conservar o ambiente em que vive?

14. O que você considera como problema ambiental?

- Falta de água
- Aumento de ratos, baratas
- Alagamento de casas
- Poluição das águas
- Poeira
- Esgoto a céu aberto
- Queimadas
- Doenças de veiculação hídricas
- Buzina
- Lixo a céu aberto
- Fumaça de chaminés de indústrias
- Enchentes
- Faixas e cartazes nas ruas
- Fumaça de carro, ônibus e caminhão
- Falta de áreas verdes (como parques e praças)
- Contaminação do solo (por agrotóxicos, por fezes)
- Congestionamentos

- Corte de arvores, queimadas
- Terremotos, furacões
- Extinção de espécies animais e vegetais
- Outros

15. Você costuma ter informações a respeito de meio ambiente por meio de:

- Escolas
- Livros
- Revistas
- Televisão
- Conselho de Moradores
- Jornais
- Radio
- Educadores Ambientais
- Outras Fontes. Quais _____

16. Você separa do seu lixo os materiais que podem ser reciclados?

- sim não

17. Você sabe o que é Coleta Seletiva?

- sim não

18. No seu entender, quem deveria ajudar a resolver os problemas ambientais?

- Os cientistas
- Os partidos políticos
- Você individualmente
- As pessoas que se sentirem prejudicadas
- Os políticos (os vereadores, os deputados, os senadores)
- As igrejas
- A comunidade unida
- O povo
- As Associações de Bairros
- As escolas
- Os empresários, os industriais
- Os jornalistas
- Os artistas
- O governo
- As organizações ecológicas
- Outros. Quais _____

19. Você percebe problemas ambientais na área ou no entorno de onde você mora?

- sim não Se sim (quais?):

20. Quais atividades de Educação Ambiental do Parque São Bartolomeu você conhece?

- Trilha ecológica
- Cursos
- Leitura
- Caminhada cultural
- Atividades culturais (dança, teatro, capoeira, percussão)
- Roda de conversa
- Reunião com o conselho gestor

21. Você já participou de alguma atividade de Educação Ambiental no Centro de Cultura?

- sim não não lembro

22. Você já participou de alguma atividade do Parque São Bartolomeu?

- sim não não lembro

23. Como você considera o ambiente no bairro de Pirajá?

- limpo
- sujo
- bem cuidado
- mal cuidado
- organizado
- desorganizado
- seguro
- inseguro
- iluminado
- não iluminado

24. Você considera responsável pela qualidade ambiental do seu bairro?

- sim não não sei

25. Qual o grau de satisfação com o local em que você mora?

- muito satisfeito satisfeito pouco satisfeito insatisfeito

APÊNDICE(B)

APÊNDICE B – Questionário para os visitantes do Parque São Bartolomeu

Pesquisa para a Monografia da Especialização em Gestão Ambiental em Municípios – EaD UTFPR, através do questionário, objetivando verificar a efetividade das estratégias utilizadas para a construção do conhecimento nos moradores e visitantes do PARQUE SÃO BARTOLOMEU - BA, a fim de fomentar a cultura da preservação e a participação nas tomadas de decisões sobre as questões relacionadas ao meio ambiente através da educação ambiental.

Local da Entrevista: _____.(Cidade) _____

Data: _____

Parte 1: Perfil do Entrevistado

Sexo: () Feminino () Masculino

Idade: _____ Bairro: _____

1. Grau de instrução?

- () Analfabeto
- () Ensino Fundamental
- () Ensino Médio
- () Superior

2. Religião?

- () Católico
- () Evangélico
- () Testemunha de Jeová
- () Candomblé
- () Ateu
- () Prefiro não informar

3. Quantas vezes por mês você frequenta o parque?

1 () 2 () 3 () 4 () 5 () 6 () 7 () 8 () mais vezes ()

4. Participa de alguma atividade de orientação ambiental ou curso no parque?

Sim () Qual? _____ Não ()

5. Na sua opinião, as pessoas tem consciência que podem degradar o meio ambiente?

Sim () Não ()

6. Você já se perguntou se suas atitudes e atividades destroem o meio ambiente?

Sim () Não ()

7. Quais atitudes degradam o parque São Bartolomeu?

- () Jogar lixo
- () Coletar material ambiental e levar para casa
- () Cortar, queimar o ambiente;
- () Despejo de esgoto

8. Na sua opinião como poderia ser evitado a degradação ambiental no Parque Bartolomeu?

- () Desmatamento
- () Corte de arvores
- () Queimadas
- () Despejo de esgotos
- () Violência

9. No que diz respeito a ação da Governo do Estado referente a requalificação do parque São Bartolomeu você classifica esta ação como?

() Excelente () Razoável () Insuficiente

10. Você já ouviu falar de educação ambiental?

() Sim () Não

11. Na sua opinião, a Educação Ambiental deveria ser trabalhada com mais frequência?

Sim () Cada quanto tempo? _____ Não ()

12º Como você tem acompanhado a questão ambiental?

- () Mídia
- () Cursos, congressos
- () Na comunidade
- () treinamentos no parque
- () Cartilhas oferecidas no parque
- () Eventos ambientais

13. Em que você costuma pensar quando se fala do problema do meio ambiente?

- () As fábricas que lançam resíduos na atmosfera e nas águas.
- () O lixo que é jogado em qualquer lugar
- () O desaguamento do esgoto em rios

14. Por que se acredita que as agressões ao meio ambiente são tão graves?

Ameaçam a saúde da população.

Podem por em risco a natureza pela contaminação da água, ar e solo.

Pioram a qualidade de vida.

Extinção de fauna e flora

15. Você estaria disposto a participar de um minicurso de Educação Ambiental gratuito no Parque e depois colocar em prática o que aprendeu?

Sim Não

16. Deseja ser um multiplicador de práticas ambientalmente sustentáveis?

Sim Não